

**O PROBLEMA DA IDENTIDADE:  
UMA APROXIMAÇÃO A FRANZ KAFKA**

**JESSICA SESKIN CARDEIRA**

Orientador de Dissertação:  
PROF.<sup>a</sup> DOUTORA ANTÓNIA CARREIRAS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:  
**MESTRE EM PSICOLOGIA**  
Especialidade em Psicologia Clínica

2009

**O PROBLEMA DA IDENTIDADE:  
UMA APROXIMAÇÃO A FRANZ KAFKA**

**JESSICA SESKIN CARDEIRA**

Orientador de Dissertação:  
PROF.<sup>a</sup> DOUTORA ANTÓNIA CARREIRAS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:  
**MESTRE EM PSICOLOGIA**  
Especialidade em Psicologia Clínica

2009

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Prof.<sup>a</sup> Doutora Antónia Carreiras, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673 / 2006 publicado em Diário da Republica 2<sup>a</sup> série de 26 de Setembro, 2006.

## Agradecimentos

À Prof.<sup>a</sup> Doutora Antónia Carreiras, a orientação, o parecer, a boa vontade e o estímulo em encontrar algo que viesse de dentro.

Aos meus pais.

Ao Eduardo.

À Carla.

A mim mesma, a coragem e a dedicação.

A todos estes os meus mais sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Partindo do exemplo literário de Franz Kafka (*O Castelo e O Processo*), tentou-se abordar o problema da identidade, pondo em evidência a relação com o pai no decurso da relação precoce. Nesta aproximação ao homem Kafka, o destaque para a relação com o pai pretende trazer à discussão a experiência prematura do desenvolvimento, enquanto matriz das potencialidades do ser. Num sentido mais lato, procurou-se mostrar como a narrativa do absurdo em Kafka parece configurar aquilo que é o problema fundador da experiência humana: a condição de ser pessoa.

**Palavras-chave:** *Identidade, identificação, Ego*

## ABSTRACT

The problem of identity was examined through Franz Kafka's literary works (*The Castle and The Trial*), in which his early childhood relationship with his father was put into evidence in the course of the primary relationship. In this approach to Kafka the man, the importance of his relationship with his father brings forth the argument of premature experience of development as the mould of human potentialities. In a broader sense, I attempted to show the way in which Kafka's narrative of the absurd seems to shape the founding problem of the human experience: the condition of being an individual.

**Key-words:** *Identity, identification, Ego*

## Índice

Introdução.....	6
1. Teorias Psicanalíticas do Desenvolvimento.....	9
1.1. Freud e o Complexo de Édipo.....	9
1.2. Winnicott e a Emergência da Pessoa.....	14
1.3. Erikson e o Ciclo Vital.....	17
1.4. Bégoïn e o Sentimento de Identidade.....	21
2. Apresentação das Obras.....	25
2.1. <i>O Castelo</i> .....	25
2.2. <i>O Processo</i> .....	26
3. <i>D'O Castelo a'O Processo: Análise Interpretativa das Obras</i> .....	28
3.1. A Lei Paterna.....	28
3.2. A Impossibilidade do Encontro.....	39
Conclusão.....	47
Referências.....	50

## Introdução

Franz Kafka fez da angústia a experiência fundamental do homem. O universo kafkiano é um universo marcado pelo tema da incomunicabilidade. O problema da comunicação em Kafka não é uma mera abstracção sobre-humana, mas antes um problema concreto extraído da sua experiência subjectiva. A sua obra é puro acto de criação que pretende dar forma ao indizível da sua angústia.

Em Kafka há um sentido do “absurdo” que transcende. Ele reside na incomunicabilidade do homem com o homem, formando uma trama de relações sem sentido, impostas por circunstâncias alheias ao homem.

A dimensão da incomunicabilidade em Kafka procura questionar os costumes e crenças arbitrarias da vida. A imagem do homem kafkiano é o homem acusado, desorientado face à “imagem dos poderes superiores, que parecem simbolizar a ordem (...); [é a imagem] de um labirinto, de uma engrenagem burocrática” (Nunes, 1974, p. 59). A deformação da realidade que pode ser sugerida pela obra do autor obedece a uma percepção aguda do mundo cujo paradigma é para muitos críticos literários o paradigma da sociedade moderna, onde a condição moral do homem é posta em causa.

*O Castelo* e *O Processo* estão entre os seus romances mais importantes, não só no contexto da sua obra mas também da literatura moderna, e parecem configurar o drama pessoal de Franz Kafka, onde o biográfico, o psicológico e o literário se confundem.

Os personagens que Kafka constrói parecem ser arrancados da conflitualidade da sua própria existência. Muitos, na verdade, não são senão funções que encontram seu modelo na sua realidade mais subjectiva. Estes personagens não encontram respostas para as suas interrogações, não sabem que rumo podem tomar e acabam sós, face a uma situação que não planearam e ficando incapacitados de se defenderem, pois todos os acontecimentos se viram contra eles. Neste sentido, os temas da solidão, da fuga e da perseguição estão muito associados à obra kafkiana, sendo comum a existência de personagens que espiam e conspiram contra o protagonista.

N’*O Castelo*, um indivíduo é solicitado por um conde da aldeia do Castelo para prestar seus serviços. Porém, por mais que tente, não consegue entrar no Castelo nem sequer ter acesso aos senhores que o contratam, ficando na aldeia de fora ao longo de toda a narração.

N’*O Processo*, um indivíduo só, diante do poder, enfrenta uma acusação que nem ele próprio julga conhecer. É preso e submetido a um processo judicial alongado no tempo, burocraticamente tortuoso, cujo resultado é fatal, acabando por ser condenado à morte.

O parentesco entre as duas obras é evidente. Não é só a identidade de nomes dos dois heróis que aponta neste sentido – Josef K. n’*O Processo*, K. n’*O Castelo*. É importante referir que *O Castelo* foi concebido originalmente como *Ich-Roman*, um romance escrito na primeira pessoa do singular, tendo o autor corrigido mais tarde os primeiros capítulos, pondo “K.” onde originariamente estava “eu”; os capítulos posteriores já foram escritos na terceira pessoa. Ambos os protagonistas são inicialmente perturbados pelo Estado por certo motivo, mas logo percebem a burocracia e as falhas do sistema, perdendo-se nele. Mas se, n’*O Processo*, o herói é perseguido por invisíveis e misteriosas autoridades, n’*O Castelo*, são essas mesmas autoridades que o repelem. Josef K. esconde-se, foge, a passo que, K. importuna, ataca. Contudo, e apesar dos sentidos contrários que estes dois movimentos podem tomar, o sentimento que está na sua origem é o mesmo. É o sentimento de uma identidade desterritorializada, de ausência de Si. Ambas as obras desembocam na derrota do herói.

Da biografia de Kafka o quadro que ressalta é o da ambiguidade: nem judeu, nem cristão; nem checo, nem alemão; sem apoio da família, mas sem dela conseguir autonomizar-se; funcionário da burguesia, mas não se adequando a ela; desejando o casamento, mas lutando contra ele.

Pouco conhecido em vida, desde cedo procurou sempre ser fiel à sua vocação, ao que sentia ser o sentido de sua vida, a literatura. Porém, Kafka publicou em vida muito pouco da sua produção literária, tendo sido Max Brod quem, depois da sua morte, organizou o material disperso.

Em suas anotações nos *Diários*, na entrada de 6 de Junho de 1912, Kafka escreve citando Flaubert: “O meu romance é o rochedo em que eu estou pendurado, e não sei nada do que se está a passar no mundo”, e continua dizendo, “Parecido com o que eu escrevi sobre mim próprio a 9 de Maio. Sem peso, sem ossos, sem corpo, andei pelas ruas durante duas horas pensando no que ultrapassei, esta tarde, ao escrever” (1951/2002, p. 178). “Rochedo” era como entendia a literatura, forma pela qual se “agarrava à vida”. Por isso pretendia manter-se isolado de tudo, tal como escreve a Felice numa carta de 26 de Junho de 1913, “não como um eremita, mas como um morto” (1967/1985, p. 135). Viver para a literatura, comunicar “O mundo horrível que tenho dentro da minha cabeça” (1951/2002, p. 195). Considerava seu destino “libertá-lo”, para sair do silêncio da sua solidão e da sua infelicidade: “Mas como libertar-me e libertá-lo sem me despedaçar. E mil vezes despedaçado do que retê-lo em mim ou enterrá-lo” (1951/2002, p. 195).

A relação com seu pai marca a vida de Kafka. Podemos dizer que ela é também o motor da sua criação literária, pois segundo Max Brod (1967), Kafka tinha-lhe confessado a

intenção de dar à sua obra um só título: “válvula de escape da esfera paterna” (p. 15). No entanto, é seu pai que torna possível e dá sentido ao seu ser enquanto escritor.

A *Carta ao Pai* é o testemunho de uma solidão que exprime a distância insuperável que liga um filho a um pai. Esta carta foi escrita por Kafka a seu pai, mas nunca chegou a ser entregue. De carta pessoal tornou-se parte da sua produção literária, revelando-se uma prova de valor se quisermos compreender a onnipresença paterna na sua obra.

Partindo de uma vertente meramente teórica e debruçada para e sobre a literatura, tenta-se reflectir sobre o desenvolvimento psíquico e, em particular, sobre a problemática da identidade em Kafka, pondo em evidência a relação com o pai no decurso da relação precoce. Esta reflexão baseia-se nos dois romances e faz também referência a outros trabalhos do autor, em especial aos seus escritos pessoais, fundamentais para quem deseja aproximar-se do homem e do escritor, admitindo que essa separação, na verdade, não se justifica. Não se pretende, contudo, reduzir a sua narrativa à expressão pura e simples de uma subjectividade confusa, reflexo dos conflitos que viveu Kafka desde a infância, mas antes retraduzi-la à luz de um escritor que, não podendo desvincular-se dos próprios conflitos, também não deixa de ser ele indivíduo procurando compreender-se a si mesmo:

Ao voltar-se para o mundo exterior, longe de conseguir libertar-se do círculo senhor-escravo do qual o convívio com o pai o fizera prisioneiro, ao contrário, ele o encontrava em nível mais extenso e generalizado. (...) a experiência vivida e o conhecimento do mundo não se opõem, eles remetem um ao outro e se confirmam mutuamente (Nunes, 1974, p.60).

No conjunto da obra, parece que Kafka recai sempre sobre o mesmo, pode mesmo dizer-se, se não for nenhum absurdo, que o que muda é o cenário. Face à transversalidade dos temas inerentes, o destaque para *O Castelo* e *O Processo* deve-se, portanto, à representatividade do universo kafkiano que reconhecemos nos dois romances que, pela maturidade que apresentam, parecem configurar mais largamente o problema da identidade em Kafka.

## 1. Teorias Psicanalíticas do Desenvolvimento

Importa então discorrer sobre a obra de teóricos naquilo que foram e são hoje algumas das principais contribuições da psicanálise para a teoria do desenvolvimento. Não se pretende porém fazer aqui um relato cronológico de como evoluiu a teoria destes autores, mas uma sistematização teórica debruçada sobre o lugar e a natureza do desenvolvimento humano nas suas diferentes abordagens, naquilo que são os seus aspectos mais relevantes para este estudo. Procura-se depois clarificar a linguagem destes autores a partir de Kafka.

### 1.1. Freud e o Complexo de Édipo

Édipo é o mito mais comumente evocado por Freud, que importa aqui ressituar no contexto geral do desenvolvimento da teoria freudiana.

A primeira teorização de Freud concebia a neurose como sendo o resultado de traumatismos sexuais, sofridos durante a infância e recalçados. A *teoria da sedução* foi abandonada em 1897 em proveito das noções de *fantasia inconsciente* e de *sexualidade infantil*, passando assim da psicopatologia a uma teoria do desenvolvimento.

*Os Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905/1996) aparece como uma das contribuições mais significativas de Freud para o conhecimento humano.

Freud (1905/1996) considera que as primeiras impressões sexuais na infância desempenham um papel fundamental no desenvolvimento psíquico do indivíduo. A actividade sexual na infância resulta da existência de fontes de excitação sexual – as zonas erógenas –, a partir das quais a criança obtém satisfação. Nesta altura a pulsão sexual ainda não está unificada e a princípio não tem objecto, ou seja, é auto-erótica.

De acordo com Freud (1905/1996), as “*pesquisas sexuais infantis*” iniciam-se entre a idade dos 3 e 5 anos e são suscitadas pela descoberta dos órgãos sexuais que desperta a curiosidade e a necessidade de saber, a pulsão epistemofílica, a qual se orienta para o desconhecido do corpo próprio e para o mistério da relação da mãe e do pai, um com o outro. O primeiro problema com que a criança se debate – sob a suspeita do nascimento de um novo bebé e do medo de que este venha usurpar a atenção e o amor até então recebidos – é o de saber de onde vêm os bebés. Em contrapartida, a distinção entre os sexos não gera qualquer dúvida na criança, especialmente no sexo masculino: “Para o menino, é natural presumir uma genitália igual à sua em todas as pessoas que ele conhece, sendo-lhe impossível conjugar a falta dela com sua representação dessas outras pessoas” (Freud, 1905/1996, pp. 183-184).

Esta convicção só será abandonada mediante aquilo a que Freud (1924/1996) designou por “*complexo de castração*”.

As pesquisas sexuais infantis são organizadas na sua vida psíquica inconsciente por essas formações a que Freud (1905/1996) designou por “*fantasias masturbatórias*”, as quais se acompanham muitas vezes “de uma forte culpabilidade inconsciente, cuja origem é muito complexa, mas que se revela mais tarde ligada a afectos de transgressão e de violência inconsciente que onerarão mais tarde as possibilidades de realização amorosa” (Bégoïn, 2005, p. 259).

Freud (1905/1996) considera que a escolha objectal encontra-se repartida por duas fases: a primeira começa entre a idade dos 2 aos 5 anos, de forma ainda imatura, e a segunda começa na puberdade, onde ocorre a maturação dessa escolha objectal. Estas duas fases são interrompidas pelo período de latência, onde a sexualidade é recalcada e os impulsos sexuais são sublimados em sentimentos de ternura pelos objectos originais. De acordo com Freud (1905/1996), “somente a investigação psicanalítica pode demonstrar que, por trás dessa ternura, dessa veneração e respeito, ocultam-se as antigas aspirações sexuais, agora imprestáveis, das pulsões parciais infantis” (p. 189). A isto se deve aquilo a que Freud (1905/1996) designou por “*barreira contra o incesto*”, admitindo assim os “preceitos morais que excluem expressamente da escolha objectal, na qualidade de parentes consanguíneos, as pessoas amadas na infância” (p. 213). A escolha objectal da puberdade é então obrigada a renunciar os objectos infantis para que haja uma nova escolha.

A escolha objectal da puberdade é pois esboçada na infância com base nas fantasias que se iniciaram nas pesquisas sexuais infantis e que foram interrompidas durante a latência. São fantasias em que geralmente o adolescente presencia a cena primitiva, em que foi seduzido muito novo por alguém que ama e em que é ameaçado de castração. Nestas fantasias, “as inclinações infantis voltam a emergir em todos os seres humanos, agora reforçadas pela premência somática” (Freud, 1905/1996, p. 215). A tendência mais relevante é da inclinação sexual da criança para com os seus pais, mas que é desviada deles para outras pessoas que se parecem com eles, devido à barreira contra o incesto que foi entretanto erguida. Ao mesmo tempo que estas fantasias incestuosas são dominadas, dá-se a mais importante realização psíquica da puberdade: o desligar da autoridade paternal.

É com base neste modelo de desenvolvimento que Freud (1905/1996) sustenta que “o complexo de Édipo é o complexo nuclear das neuroses” (p. 214):

Nele culmina a sexualidade infantil, que, por seus efeitos posteriores, influencia de maneira decisiva a sexualidade do adulto. Cada novo ser humano confronta-se com a tarefa de dominar o complexo de Édipo, e aquele que não consegue realizá-la sucumbe à neurose (p. 214).

Em *O Ego e Superego (Ideal do Ego)*, Freud (1923/1996) aborda pela primeira vez a formação do superego e todo o processo de desenvolvimento mental que o antecede. Neste contexto, Freud (1923/1996) pressupõe a existência de uma diferenciação dentro do ego, a qual designa de ideal do ego ou superego, que “oculta a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua própria pré-história pessoal” (p. 44).

Na sua forma simples, o caso de uma criança do sexo masculino é descrito por Freud (1923/1996) da seguinte maneira. Numa idade muito precoce a criança liga-se à mãe, relação que é mediada originalmente pelo seio materno, e ao mesmo tempo identifica-se com a figura paterna. No decurso do desenvolvimento há uma intensificação dos desejos sexuais da criança em relação à mãe e o pai é percebido como um obstáculo a esses desejos. A sua identificação com o pai assume pois um contorno hostil e transforma-se num desejo de livrar-se dele, a fim de ocupar o seu lugar junto à mãe. No entanto, a rivalidade face ao pai não se sobrepõe totalmente à identificação com ele, sendo que a partir daí, a sua relação com o pai é ambivalente. Neste sentido, a problemática central do Édipo organiza-se mediante uma atitude ambivalente face ao pai e uma relação objectal de cariz unicamente afectuoso com a mãe.

Com a dissolução do complexo de Édipo, a catexia objectal da mãe deve ser abandonada a favor de uma de duas tendências: uma identificação com a mãe ou uma intensificação da identificação com o pai. Esta última é percebida como a sua forma mais comum, pois permite preservar a relação afectuosa com a mãe em certa medida e fixar o carácter masculino da criança.

Mas porque existe uma bissexualidade originalmente presente na criança, o complexo de Édipo toma um duplo aspecto, positivo e negativo, na sua forma completa. Isto é o mesmo que dizer que o menino não tem unicamente uma atitude ambivalente face ao pai e uma escolha objectal afectuosa pela mãe, mas desenvolve ao mesmo tempo uma atitude afectuosa feminina face ao pai e um ciúme e uma hostilidade em relação à mãe.

O resultado na sua forma completa consiste na união dos dois componentes, em que um deles predomina sobre o outro. Contudo, nos neuróticos “um ou outro dos constituintes desaparece, excepto por traços mal distinguíveis” (Freud, 1923/1996, p. 46).

No declínio do Édipo, da conciliação das duas vias resultará uma identificação paterna e uma identificação materna. A intensidade relativa das duas identificações no desenvolvimento reflectirá a preponderância no indivíduo de uma ou outra das duas disposições sexuais. De acordo com Freud (1923/1996),

*O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego (pp. 46-47) (itálico do texto original).*

A relação do superego com o ego toma um duplo aspecto, pois se por um lado, ela integra um ideal do ego, por outro e ao mesmo tempo, compreende a proibição. Esta duplicidade tem por objectivo reprimir o complexo de Édipo, viabilizando assim uma internalização da percepção dos pais como obstáculo à realização dos desejos edipianos. Dito de outra forma, é na passagem da percepção que a criança tem dos pais (e nomeadamente do pai) como obstáculo externo (da realidade externa) à sua satisfação para uma interiorização de uma proibição figurada, que emerge esta entidade sentida como própria, uma entidade agora autónoma dos pais. O superego retém o carácter paterno, pelo que quanto mais poderoso for o complexo de Édipo e mais rapidamente ceder à repressão (mediante a influência do contexto sócio-cultural), mais severo será depois o domínio do superego sobre o ego, quer sob a forma de consciência quer sob a forma de um sentimento inconsciente de culpa. De acordo com Freud (1923/1996),

O ideal do ego, portanto, é o herdeiro do complexo de Édipo, e, assim, constitui também a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do id. Erigindo esse ideal do ego, o ego dominou o complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, colocou-se em sujeição ao id. Enquanto que o ego é essencialmente o representante do mundo externo, da realidade, o superego coloca-se, em contraste com ele, como representante do mundo interno, do id (pp. 48-49).

Em última análise, os conflitos entre o ego e o ideal resultarão do confronto entre o que é real e o que é psíquico, entre o mundo externo e o mundo interno.

Em jeito de conclusão, Freud (1923/1996) discorre sobre os efeitos das primeiras identificações ocorridas na mais primitiva infância e a importância do ideal do ego enquanto resultado de uma herança arcaica e ao mesmo tempo de tudo o que é esperado da mais alta condição do homem. Ou seja, aquilo que pertencia à parte mais primitiva da vida mental de

cada indivíduo é transformado, mediante a formação do ideal, naquilo que é mais elevado na mente humana pelo nosso sistema valorativo. Enquanto instância moral mediadora das relações humanas, vemos então que a diferenciação do superego a partir do ego representa as características mais importantes do desenvolvimento tanto do indivíduo quanto da espécie.

Em *A Dissolução do Complexo de Édipo*, Freud (1924/1996) supõe ter chegado à linha fronteira nunca antes precisamente delimitada entre normal e patológico.

Pensa-se por um lado que a queda do Édipo resulta da experiência de desapontamentos penosos que agem em oposição ao conteúdo do complexo. É a ausência da satisfação esperada, a negação continuada do bebê desejado que devem levar a criança a renunciar ao seu desejo. Ou seja, a mãe é percebida como sua propriedade, mas a dada altura o menino descobre que ela transferiu o seu amor para o pai. Assim, o fracasso do complexo de Édipo levaria à sua dissolução, pelos efeitos da sua impossibilidade interna. Por outro lado, pensa-se que a sua desintegração resulta de uma disposição inata do indivíduo que permite introduzir a fase seguinte preordenada de desenvolvimento.

Numa tentativa de sistematizar o desenvolvimento sexual, Freud (1924/1996) considera a preponderância do órgão genital como o marco da fase fálica, mas esse órgão genital é apenas o masculino, pois o genital feminino permaneceu recôndito. Quando, nesta fase, o interesse da criança se volta para os seus órgãos genitais, que são manipulados frequentemente, ela descobre que os adultos desaprovam esse comportamento, donde é subentendida uma ameaça de castração.

De acordo com Freud (1924/1996), é dessa ameaça de castração que resulta a destruição da organização genital fálica da criança, ou seja, é sob pena de castração que o menino é coagido e forçado a desligar-se do seu apego ao seu primeiro objecto de amor. No entanto, a ameaça não tem um efeito imediato, a possibilidade de ser castrada só começa a ser verdadeiramente avaliada quando a criança tem uma visão da zona genital feminina, onde a partir de um ser que a ela se assemelha desprovido de pénis começa a imaginar a perda do seu próprio pénis.

Este destaque da ameaça de castração, contemporânea do complexo de Édipo, retira à criança qualquer forma de obter satisfação do complexo pois que ambas implicam a perda do seu pénis: sob a forma activa – ocupar o lugar do pai e ter relações com a mãe – como punição resultante e sob a forma passiva – ocupar o lugar da mãe e ser amada pelo pai – como pré-condição. De acordo com Freud (1924/1996), daqui resulta um conflito:

Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar à criança o pénis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte de seu corpo e a catexia libidinal de seus objectos parentais. Nesse conflito, triunfa normalmente a primeira dessas forças: o ego da criança volta as costas ao complexo de Édipo (p. 196).

O processo de dissolução ocorre mediante o abandono das catexias objectais em prol de novas identificações. A autoridade parental é introjectada no ego e disso se origina o superego, que assume a severidade paterna e perpetua a sua proibição face ao incesto, protegendo assim o ego do retorno da catexia libidinal. As tendências libidinais pertencentes ao complexo são agora parcialmente dessexualizadas e sublimadas e parcialmente inibidas em sua função e transformadas em sentimentos de afeição. Assim, a dissolução do complexo de Édipo por um lado preservou o órgão genital – afastou a ameaça de castração – e por outro paralisou-o – removeu a sua função sexual –, permitindo dar entrada no período de latência.

Freud nunca chegou a uma verdadeira sistematização do complexo de Édipo, tendo sido sobretudo os seus discípulos que sistematizaram o conceito (Laplanche & Pontalis, 1970; Bégoïn, 2005a). Em contrapartida, “a exposição sistemática que Freud escreveu, no final da sua vida, no *Compêndio de Psicanálise* (1938) sobre a evolução psicosexual do rapaz e da rapariga continua a dar ao *traumatismo* o lugar maior – do traumatismo da sedução pela mãe ao da ameaça de castração” (Bégoïn, 2005a, p. 247).

## 1.2. Winnicott e a Emergência da Pessoa

À semelhança de Erikson, Winnicott (Khan, 1971/1993) forneceu contributos conceptuais inteiramente novos no âmbito das teorias do desenvolvimento, ampliando o alcance do clássico enquadramento conceptual psicanalítico.

A teoria do desenvolvimento de Winnicott (Khan, 1971/1993) introduz a noção de *ambiente facilitador* e a evolução da dependência à independência.

Winnicott (Khan, 1971/1993) examinou o carácter das provisões ambientais (maternas) para a personalização do potencial psíquico e pulsional do bebé no sentido da plenitude do self. Para Winnicott (Khan, 1971/1993), “o paradoxo da relação mãe-bebé reside no facto de que o ambiente (mãe) *torna possível o self em formação do bebé*” (p. 43). Winnicott (Khan, 1971/1993) foi o primeiro analista a reconhecer a importância da maternagem no processo maturativo do bebé: “não só no interior somático do seu útero mas

também nos primeiros estádios da descoberta e da percepção *do que lhe foi dado* de forma inata, e da pessoa em que ele, *com o tempo*, se diferenciara e se efectivará” (p. 43).

A essência da experiência infantil depende inteiramente do cuidado materno (ambiental). Para Winnicott (1960a/1983), os lactentes humanos “não podem começar a *ser* excepto sob certas condições” (p. 43), admitindo que “o potencial herdado de um lactente não pode se tornar um lactente a menos que ligado ao cuidado materno” (p. 43).

De acordo com Winnicott (Greenberg & Mitchell, 1983/2003), a mãe proporciona experiências que permitem a emergência do Eu prematuro do bebê. O bebê começa a sua experiência num estado de “não integração”, com pedaços e partes da experiência dispersos e difusos. É nas percepções que a mãe organiza sobre o bebê, mediante a provisão de um “meio seguro” no seio do qual o bebê é experienciado e contido, que precede e assenta a organização que a criança pequena faz da sua própria experiência: “um bebê que não teve qualquer pessoa para juntar seus pedaços começa com uma desvantagem sua própria tarefa de auto-integração” (Winnicott, 1945/1993, p. 276). O conceito de Winnicott (1960<sup>a</sup>/1983) do provimento materno neste estágio da maternagem é o *holding*, função mediante a qual o estado de *preocupação materna primária* permite que a mãe se ofereça a si mesma como um meio para cuidar do crescimento do seu bebê.

Para além do *holding* a mãe molda o mundo à semelhança do bebê e, na perspectiva de Winnicott, esta função desempenha um papel crucial no desenvolvimento. A existência de um ambiente facilitador mediante o qual a mãe é capaz de estar em ressonância com as vontades e necessidades do bebê fornece a base do desenvolvimento e da solidez do Eu. A mãe que actualiza o desejo alucinatório passivo do bebê funciona como um espelho a partir do qual a criança se reconhece na sua própria experiência, apesar da qualidade difusa que esta apresenta: “Quando olho; sou visto, logo existo” (Winnicott, 1971/1975, p. 157). Em contrapartida, quando a cobertura e responsividade da mãe relativamente às necessidades da criança falha inibe o sentido de onipotência da criança, comprimindo a sua confiança na sua própria criatividade e nos seus poderes e opõe-se ao desenvolvimento do sentido de Eu.

Mas, assim que a onipotência fica firmemente estabelecida, “torna-se necessário que a criança aprenda a realidade do mundo fora do seu controlo e que experiencie os limites do seu poder” (Greenberg & Mitchell, 1983/2003, p. 233). Há uma “fracasso gradual da adaptação” (Winnicott, 1949/1993, p. 413) da mãe para moldar o mundo à medida das exigências da criança, mas é isso que torna possível que a criança chegue a acordo em relação ao que não pode criar. Deste modo, a retirada gradual da mãe no sentido de actualizar a ilusão da criança é essencial para o desenvolvimento da separação, diferenciação e realização.

Outro aspecto que Winnicott considera na fase do desenvolvimento inicial do bebê é a ocultação do núcleo da personalidade. Winnicott (1960b/1983) define o conceito de *Eu central* ou *verdadeiro* como “o potencial herdado que está experimentando a continuidade da existência, e adquirindo à sua maneira e em seu passo uma realidade psíquica pessoal e o esquema corporal pessoal” (p. 46). O isolamento deste *Eu central* é necessário ao desenvolvimento, pelo que qualquer intrusão neste sentido constitui uma adversidade neste primeiro estágio.

Winnicott (1956/1993) considera que existem falhas maternas que corroboram com a experiência de “*ameaça de aniquilação*” (p. 496). A existência pessoal da criança pequena assenta quer nos seus estados informes quer nas suas criações onipotentes, pelo que qualquer interferência nestas funções é vivenciada pela criança como um impacto na continuidade da sua própria existência pessoal:

A criança pequena é arrancada do seu estado de quietude e é forçada a responder, ou é obrigada a abandonar os seus desejos, para aceitar prematuramente a natureza frágil e irrealista das suas exigências e a moldar-se ao que lhe é dado (Greenberg & Mitchell, 1983/2003, p. 234).

A fragmentação da experiência que daí advém dá origem a um *falso Eu* que funciona para “ocultar o *self* verdadeiro, o que faz pela submissão às exigências do ambiente” (Winnicott, 1960b/1983, p. 134). Isto é o mesmo que dizer que no lugar do Eu que experimenta uma continuidade de ser, de acordo com os seus gestos e necessidades espontâneas, afirma-se uma ilusão de existência pessoal que toma conta das funções que o meio fracassou em assegurar.

Winnicott (1951/1993) desenvolve o conceito de *fenómenos transicionais* da infância, para incluir o *espaço potencial* da vida adulta na cultura.

É na passagem de um estado de onipotência ilusória, mediante o qual o bebê, através da facilitação da mãe, sente que cria e tem total poder sobre o mundo em que vive, até um estado de percepção objectiva da realidade, no qual a criança pequena aceita os limites dos seus poderes e se torna ciente da existência separada dos outros, que reside o processo que implica o desenvolvimento de uma pessoa. A relação com objectos transitivos constitui por isso um outro aspecto que consuma a transição entre o mundo dos objectos percebido sob controlo mágico e o mundo dos outros separados e independentes.

A experiência transitiva decorre de um acordo implícito em que o adulto reconhece o direito da criança sobre o objecto mas também ao mesmo tempo a sua existência real. Assim,

o objecto transitivo nem está sob controlo onipotente nem fora de controlo. Neste sentido, para Winnicott (1951/1993) a experiência transitiva está entre a “criatividade primária e a percepção objectiva baseada no teste de realidade” (p. 402) e funciona como um mediador para que o bebé possa chegar a acordo com “a mudança gradual da experiência de si mesmo como centro de um mundo totalmente subjectivo para o sentido de mesmo como uma pessoa entre outras pessoas” (Greenberg & Mitchell, 1983/2003, p. 235).

Mas a vivência transitiva não é apenas um mediador no percurso desenvolvimental da criança, ela permanece um campo importante no contexto da vida adulta:

É aqui que podemos deixar os nossos pensamentos vaguear, nem preocupados com a sua lógica e validade no mundo real nem com o perigo de os nossos devaneios nos levarem a um campo totalmente subjectivo, solipsista, levando-nos a perder todo o mundo real (Greenberg & Mitchell, 1983/2003, p. 236).

Nesta perspectiva, a base para a personalização do bebé encontra-se naquilo a que Winnicott chamou de *mãe suficientemente boa*, disso resultando a mudança afectiva da dependência da criança para a independência no sentido da plenitude do Eu:

Os indivíduos vivem criativamente e sentem que a vida merece ser vivida ou, então, que não podem viver criativamente e têm dúvidas sobre o valor do viver. Essa variável nos seres humanos está directamente relacionada à qualidade e à quantidade das provisões ambientais no começo ou nas fases primitivas da experiência de vida de cada bebé (Winnicott, 1971/1975, pp. 102-103).

Isto é o mesmo que dizer que quando as condições do ambiente não favorecem a personalização do potencial psíquico da criança, é o seu negativo que aparece: o sofrimento face à impossibilidade do Eu nascer para si próprio.

### 1.3. Erikson e o Ciclo Vital

Erikson (1968/1972) compreende o desenvolvimento humano com base nos “conflitos, internos e externos, que a personalidade vital suporta, ressurgindo de cada crise com um sentimento maior de unidade interior, um aumento de bom juízo e um incremento na capacidade de “agir bem”, de acordo com os seus próprios padrões e aqueles padrões adoptados pelas pessoas que são significativas para ela” (pp. 90-91).

Erikson (1968/1972) apresenta as fases do desenvolvimento da personalidade mediante um diagrama epigenético que estabelece a ligação entre a teoria da sexualidade

infantil e o conhecimento do crescimento físico e social da criança. Com efeito, a personalidade desenvolve-se por uma sequência de fases e um gradual desenvolvimento das partes componentes. Cada componente da personalidade vital desenvolve-se em relação com todos os outros, dependendo todos eles do desenvolvimento adequado na sequência própria de cada um. Cada componente chega ao seu ponto de ascendência, enfrenta a sua crise e encontra a sua solução duradoura. É pois do encontro da criança com o seu meio, em conjunto com a crise resultante, que deriva o desenvolvimento. Erikson (1968/1972) emprega o termo “crise” num sentido de desenvolvimento para designar um período crítico de crescente vulnerabilidade e potencial e, portanto, o motor da força e do desajustamento.

Erikson (1968/1972) considera o *sentimento de confiança básica* como a pedra angular de uma personalidade vital, que consiste numa atitude generalizada, em relação ao eu e ao mundo, resultante das experiências do primeiro ano de vida. Por “confiança” ele entende “uma segurança íntima na conduta dos outros, assim como um sentido fundamental de boa conceituação própria” (p. 97).

Quando o recém-nascido é separado do corpo da mãe, a sua aptidão inata de mamar encontra a aptidão e a intenção da mãe de o alimentar e acolher. Para ele, “a boca é o foco de uma primeira abordagem geral da vida – a abordagem incorporadora” (Erikson, 1968/1972, p. 98), que na psicanálise corresponde àquilo a que Freud designou por “oralidade”. Para além da necessidade de alimento, o bebé começa cedo a receber e a aceitar tudo o que lhe é oferecido. Mas a sua capacidade para “adquirir” só é aprendida quando existe uma regulação mútua entre a sua disposição para adquirir e os métodos de uma mãe que permite coordenar os meios de aquisição do bebé consoante ela desenvolve e coordena os seus próprios meios de dar. Mas, é também ao receber o que lhe é dado e ao aprender a fazer com que a mãe faça para ele o que ele deseja, ou seja, ao identificar-se com os próprios meios de dar da mãe, que o bebé desenvolve as bases necessárias “para aprender a ser” quem dá. O mais remoto sentimento de identidade nasce deste encontro da mãe com o bebé, um encontro que é de confiança e reconhecimento mútuos, e quando a mutualidade deste reconhecimento falha e as frustrações iniciais do bebé não são compensadas, pode por em perigo a sua identidade futura.

A “segunda fase oral” é caracterizada por uma abordagem incorporadora mais activa mediante a qual a criança estabelece padrões interpessoais reunidos na modalidade social de *tomar e segurar* coisas. O bebé está mais interessado na configuração global das várias abordagens do mundo, donde “um certo número de itens relacionados fica tão bem estabelecido e integrado que o próximo passo no desenvolvimento poderá ser iniciado com segurança” (Erikson, 1968/1972, p. 101). A crise desta fase consiste na simultaneidade de três

acontecimentos: um impulso mais ávido para incorporar, a crescente consciência de si próprio enquanto ser distinto e o gradual afastamento da mãe para outras actividades que ela suspendera por causa da gravidez. O desmame pode ser sentido pela criança como uma ruptura da unidade com a matriz maternal ou uma perda violenta do amor materno, pelo que sem uma substituição adequada nesta fase, as impressões de ter sido privada, dividida e abandonada deixam um sentimento de desconfiança básica.

Neste ponto, Erikson (1968/1972) conclui que:

O estado geral de confiança implica não só que [o bebé] aprendeu a confiar na uniformidade e continuidade dos provedores externos mas também em si próprio e na capacidade dos próprios órgãos para fazer frente aos impulsos e anseios; que está apto a considerar-se suficientemente idóneo para que os provedores não precisem estar em guarda ou que o abandonem (p. 102).

A segunda fase da infância é caracterizada pela aquisição de uma nova dimensão de abordagem das coisas que consiste na necessidade da criança de alternar à vontade a retenção e a expulsão. Isto corresponde àquilo a que a psicanálise designou por “analidade”, ou seja, o prazer e a deliberação particulares associados à actividade excretória. Aqui a criança começa a experimentar a sua *vontade autónoma* mediante a coordenação de um conjunto de padrões de acção altamente conflitantes caracterizados pelas tendências de “*aguentar*” e “*soltar*”. Mas para que a autonomia se possa desenvolver, a criança deve estar segura de que a sua confiança em si mesma e no mundo não será abalada pelo desejo de fazer sua escolha. Em contrapartida, se o supercontrole parental persiste em privar a criança da sua tentativa de controle gradual dos intestinos e outras funções, livre e espontaneamente, isto é, de sentir que é capaz de “fazer as coisas por si mesma”, resultará numa propensão para a *dúvida* e a *vergonha*. Ou seja, a dúvida de si mesma e em relação à firmeza dos pais e o sentimento de que se expôs prematura e insensatamente.

O perigo desta fase reside no agravamento potencial do desajustamento normativo, ou seja, em vez de se apropriar deliberadamente das coisas para examiná-las e testá-las mediante o jogo de repetição, a criança fixar-se-á na sua própria repetitividade e quererá ter tudo somente numa determinada sequência e ritmo. Neste sentido, ela aprende a adquirir poder sobre os pais em áreas onde não pode encontrar uma regulação mútua. Para Erikson (1968/1972), esta fase ocupa assim um lugar maior, pois nela se consuma a primeira emancipação da criança.

A terceira fase da infância ocorre no fim do terceiro ano de idade e consiste na simultaneidade de três desenvolvimentos: a ampliação do raio de acção, o aperfeiçoamento da linguagem e o alargamento da imaginação na previsão de papéis. Daqui a criança ressurgirá com “um *sentimento de iniciativa* como base para um sentido realista de ambição e propósito” (Erikson, 1968/1972, p. 116). A sua aprendizagem é agora dominada por um *modo intrusivo* que a distancia das suas próprias limitações e a aproxima de possibilidades futuras. Nesta fase, que corresponde à *fase fálica* na teoria da sexualidade infantil, o interesse da criança está voltado para as questões sexuais e culmina naquilo a que Freud designou por *Complexo de Édipo*. A par do desejo do menino de ocupar o lugar do pai e da menina de ocupar o lugar da mãe, está a ameaça de castração que gera um profundo *sentimento de culpa* e retira à criança qualquer forma de satisfação do complexo pelo medo de perder ou, na menina, a convicção de que perdeu o pénis. É pois na queda do Édipo que, ao jogar-se na relação de forças entre desejo e censura, emerge a base ontogenética da moralidade.

A contribuição desta fase para o desenvolvimento da identidade consiste, portanto, na libertação de iniciativa e sentido de propósito da criança, não intimidado pela culpa, para as tarefas adultas que permitem ao indivíduo que se mostre à altura das suas capacidades internas ou dos poderes da sua imaginação e sentimento.

Na idade do jardim de infância, as actividades lúdicas ingressam num mundo compartilhado onde a criança aprende a dominar a experiência social pelo experimento, o planeamento e a repartição. No começo, a criança inspecciona ou tenta coagir outras crianças, mas esta aprendizagem é necessária para descobrir que conteúdo só pode ser admitido em fantasia e que conteúdo pode ser compartilhado com outros. É pois com a chegada do período de latência que a criança “aplica a empreendimentos concretos e metas aprovadas os impulsos que a fizeram sonhar e jogar” (Erikson, 1968/1972, p. 124). Ela aprende agora a beneficiar do reconhecimento pela produção de coisas, ou seja, a construir um *sentimento de indústria*.

O perigo desta fase reside no desenvolvimento de um *sentimento de inferioridade* que pode derivar de uma solução inadequada do conflito anterior em que a criança poderá ainda preferir a sua mãe a conhecimentos, e que prejudicará a criança no livre exercício da destreza e inteligência na realização de tarefas. De acordo com Erikson (1968/1972), esta fase é socialmente uma das mais decisivas pois aqui se constrói “a base duradoura para a participação cooperativa na vida adulta produtiva” (p. 126).

Na fase da puberdade todos os impulsos anteriores ressurgem em novas combinações, marcando a busca de um novo sentido de continuidade e uniformidade, que deve incluir agora

a maturidade sexual, e onde a integração desses elementos de identidade enfrenta agora uma unidade mais vasta, a “sociedade”, que substitui o meio infantil.

Num período em que o corpo se transforma, em que a sexualidade genital inunda o corpo e a imaginação, em que a intimidade com o outro se aproxima e em que o futuro o coloca diante de um conjunto desmedido de possibilidades e opções, o adolescente é desafiado a encontrar novas formas e modalidades de expressão e construção. A alienação desta fase é a *confusão de identidade* que encerra a dúvida sobre a própria identidade étnica e sexual ou a confusão de papel face à exigência dos padrões sociais da adolescência.

De acordo com Erikson (1968/1972), depois da adolescência há um retorno de algumas formas de crise de identidade nas fases posteriores do ciclo vital.

A primeira delas é a crise de *intimidade*, pois é do pleno desenvolvimento da identidade que nasce o verdadeiro encontro com o outro. O contraponto da intimidade é o *distanciamento*, ou seja, “a facilidade em repudiar, isolar e, se necessário, destruir aquelas forças pessoais cuja essência parece perigosa para o indivíduo” (Erikson, 1968/1972, p. 136). A psicanálise destacou a *genitalidade* como uma das condições do desenvolvimento para a plena maturidade. A alienação desta fase é o *sentimento de isolamento*, em que o indivíduo fica aquém da capacidade de correr riscos para a própria identidade.

Erikson (1968/1972) define a *generatividade* como a preocupação em estabelecer e orientar a geração seguinte. Quando a aptidão do indivíduo para se enriquecer no que está sendo gerado falha, resulta um *sentimento de estagnação*, tédio, empobrecimento interpessoal.

A *integridade* é aquilo a que Erikson (1968/1972) define como a síntese das sete fases, ou seja, “é a garantia acumulada da propensão do ego para a ordem e o significado – uma integração emocional fiel aos porta imagens do passado e pronta a assumir a liderança no presente” (p. 140). Da falta ou perda dessa integração, resulta a *repulsa* e o *desespero* que, aliados a uma visão de vida inferior, apenas significam o desdém da pessoa por si mesma.

#### 1.4. Bégoin e o Sentimento de Identidade

Bégoin (2005a) tentou compreender melhor a natureza do sofrimento psíquico. Bégoin (2005a) descreveu a ausência do sentimento de identidade própria como sendo a fonte do sofrimento psíquico. O autor sustenta que “o sofrimento psíquico de base do ser é o de *não poder desenvolver-se*, quer dizer, desenvolver suficientemente, o seu sentimento de *identidade própria*” (Bégoin, 2005a, p. 245). A sua concepção de sofrimento psíquico levou-o

a descrever o próprio desenvolvimento psíquico de uma maneira que difere das teorias psicanalíticas clássicas.

Bégoïn (2005a) define a relação narcísica como:

Uma relação com um objecto investido pelo sujeito como devendo preencher, por amor por ele, certas funções de presença e de atenção vividas como indispensáveis à sua segurança e ao seu desenvolvimento. São estes caracteres que o tornam a matriz da transformação e do crescimento psíquico. Quando esta matriz preenche a sua função, é o continente e o guardião do crescimento vindouro (pp. 249-250).

A ligação com o objecto é essencialmente essa ligação de *identificação projectiva normal*, que sustenta o desenvolvimento da simbolização e do pensamento. Em contrapartida, quando a relação de objecto narcísica apresentou, no passado, traços demasiado patológicos, falha no cumprimento da sua função natural; disso resulta um narcisismo falho e dependente que carece de transformação em narcisismo auto-governado. A relação narcísica patológica torna-se, então, aquilo a que Meltzer chamou de “*clastrum*” (cit. por Bégoïn, 2005a), ou seja, “um cárcere que aprisiona as capacidades potenciais do crescimento psíquico e que sufoca, literalmente no ovo, o seu desenvolvimento” (Bégoïn, 2005a). A ligação com o objecto é, então, essa ligação de identificação projectiva patológica que Klein descreveu enquanto “mecanismo esquizóide” (cit. por Bégoïn, 2005a).

A definição de narcisismo que Bégoïn (2005a) propõe serve não só para descrever as formas normais mas também as formas patológicas do narcisismo uma vez que o narcisismo do ser, enquanto “investimento mínimo e fundamental de si necessário ao conhecimento e ao desenvolvimento de si, está sempre implicado, para o melhor ou para o pior, em qualquer processo de transformação e de crescimento” (p. 252).

Bégoïn (2005a) considera que a primeira etapa do desenvolvimento do sentimento de identidade é a do *sentimento de identidade existencial*, o qual se estabelece a partir do segundo mês da vida extra-uterina. A necessidade narcísica do recém-nascido é vital à sua *essência própria de ser humano*, que só advirá plenamente se ele se sentir *imediatamente reconhecido* enquanto tal. É a partir do olhar materno que o bebé procura a sua própria imagem porque, para criar e investir uma imagem de si, ele tem necessidade de ver a imagem de si que descobre no olhar do outro, e é só a partir do retorno de uma imagem de si viva e gratificante que o bebé se sente acolhido e reconhecido na sua existência. Dito de outra forma, é o *encontro primário* entre o bebé e o seu meio, quando sobrevém no clima de *mutualidade e de reciprocidade*, que permite garantir não só a *segurança de base* necessária ao seu

sentimento de identidade existencial, mas também a *alegria de viver* que será o fundamento da sua saúde mental.

Os sentimentos de identidade própria e de alteridade constituem, para Bégoin (2005a), a segunda etapa do desenvolvimento do sentimento de identidade. Esta etapa ocorre durante a segunda metade do primeiro ano de vida e corresponde “a uma fase de *descoberta de si e do objecto*, numa dimensão nova, a da *alteridade*” (Bégoin, 2005a, p. 259).

No período de descoberta e do início do investimento da identidade sexual, Bégoin (2005a) considera que a descoberta da *alteridade sexual é sempre mais ou menos traumática*, essencialmente devido ao medo da perda, por força da orientação sexual, da relação de *identificação narcísica com o progenitor do mesmo sexo*, enquanto a criança reconhece a sua necessidade em conservar essa relação como garantia da segurança que precisa para enfrentar o seu desenvolvimento posterior. E porque a criança tem de esperar muito tempo antes de alcançar a sua maturidade sexual, a *revelação da impotência infantil* pode ser igualmente traumática, se as condições do meio e de apoio narcísico não forem favoráveis.

A entrada na latência resulta do recalçamento das fantasias masturbatórias, que é acompanhado por uma certa *denegação da alteridade sexual* em proveito do desenvolvimento cognitivo e intelectual. Por outro lado, esta latência resulta dos processos de identificação introjectiva e da necessidade da criança de consolidar a sua identificação com o progenitor do mesmo sexo, e assim reforçar o seu próprio sentimento de identidade sexual, ao abrigo que está de uma certa clivagem da bissexualidade psíquica. É só na *puberdade e na adolescência*, altura em que reanima a bissexualidade, que começa a operar-se uma efectiva *integração da identidade sexual*.

A adolescência é também a época de um novo encontro, o do ser e experimentar o eu e o eu-outro. O *maravilhamento* do primeiro amor na adolescência é vivido como a revelação da possibilidade que se abre perante o si-próprio de aceder à intimidade, ao prazer a obter com o outro. Bégoin (2005a) supõe que este maravilhamento é vivido, ao mesmo tempo e apesar de tudo, à imagem do sentimento primário que a criança experimentou na circunstância do primeiro encontro absoluto e fundador com os seus pais. Como ele próprio diz, “o carácter quase miraculoso do amor liga-se, em meu entender, a este engrama da descoberta da beleza do mundo, vida depois do nascimento, e que parecia ter sido perdida para sempre, como se perdera também a simbiose pré-natal” (Bégoin, 2005a, p. 261).

Em contrapartida, Bégoin (2005a) considera que quando a alegria de viver e o sentimento de identidade própria não foram suficientemente bem estabelecidos na primeira infância, isto é, se a criança ficou aquém da possibilidade de se desenvolver, “o encontro

amoroso corre o risco de não conseguir vencer as clivagens que foram necessárias à sobrevivência psíquica frente ao desespero” (p. 261).

## 2. Apresentação das Obras

Passa-se a apresentar as obras *O Castelo* e *O Processo*.

### 2.1. *O Castelo*

Depois de uma longa viagem K. chega à aldeia do Castelo por ocasião de um mandato com o fim de prestar serviço de agrimensura.

Logo depois vai em busca de pousada e fica instalado na estalagem da aldeia, a casa da ponte. Não há nenhum quarto para alugar, mas o estalajadeiro surpreendido com o hóspede tardio deixa-o dormir na sala, sobre uma enxerga de palha. Ali adormece, mas passados instantes já o acordam. Junto dele está um jovem que se apresenta como filho do castelão e diz: “– Esta aldeia pertence ao Castelo; quem aqui vive ou pernoita, vive ou pernoita por assim dizer no Castelo. Ora a ninguém isto é permitido sem autorização condal. O senhor, porém, não está de posse de uma tal autorização ou, pelo menos, não a mostrou” (Kafka, 1926/2000, p. 5).

K. parece-lhe evidentemente suspeito, “de aspecto bastante remendão, dormindo descansadamente sobre uma enxerga de palha, não mais que uma minúscula mochila a servir-lhe de almofada, um bordão nodoso ao alcance da mão” (Kafka, 1926/2000, p. 7). Havia no gesto e nas palavras do jovem desdém por K. K. é interrogado e ameaçado de expulsão pelo jovem em obediência aos regulamentos prescritos. K. não acata com boas maneiras, afirma ser ele o agrimensurador encomendado pelo senhor conde e prontifica-se a ocupar-se do procedimento logo no dia seguinte. Ora o dever do jovem é, ao menos, inquirir do fundamento dessa afirmação, pelo que se comunica com um dos subcastelões. Primeiro vem um equívoco em como K. incompreensivelmente não tinha sido nomeado agrimensurador, mas logo a seguir esse equívoco desfaz-se.

Na manhã seguinte, K. parte em busca do Castelo. Da aldeia que parece não ter fim, K. choca-se com a imponência do Castelo, com as casas semi-destruídas que aglutinadas entre si formam um bloco compacto. Nisto K. começa a ser apossado de um enorme cansaço, porém sentindo um desejo irresistível de conhecer cada vez mais.

Continuou, pois; mas como era longo o caminho! A estrada, a principal da terra, não chegava até ao monte do Castelo, ia só até perto dele; depois, como de propósito, fazia uma curva e, embora não se afastasse do Castelo, a verdade é que também não se aproximava dele. K. esperava a todo o momento e instante que a

estrada se resolvesse, finalmente, a tomar a direcção do Castelo, e, se teimava em continuar, era só por essa esperança (Kafka, 1926/2000, p. 15).

Mas o corpo fraqueja-lhe. Quando K. regressa à casa da ponte, são-lhe apresentados os seus ajudantes, Artur e Jeremias, que nada parecem entender de agrimensura. K. informa-lhes que na manhã seguinte quer tudo arranjado para irem ao Castelo, mas logo um dos ajudantes intervém e diz que a nenhum estrangeiro é permitida a entrada no Castelo sem licença especial. K. ordena que os dois se comuniquem imediatamente com a autoridade local, mas o Castelo retorna o pedido dizendo “– Nem amanhã nem nunca!” (Kafka, 1926/2000, p. 25).

K. chega a duvidar da existência de tal mandato, mas depois recebe uma carta da alta autoridade do Castelo assinada por um chefe poderoso chamado Klamm que comunica o seguinte:

Mui prezado senhor: Como é de seu conhecimento, o senhor foi admitido aos serviços senhoriais. Seu superior imediato é o regedor da aldeia, ele o informará de todos os pormenores referentes ao seu trabalho, bem como às condições de salário. É a ele também que o senhor deve prestar contas dos seus serviços. No entanto, também eu o não perderei de vista. Barnabás, o portador desta carta, irá ter consigo de tempos a tempos a fim de se informar se o senhor deseja alguma coisa e mo comunicar. Em mim terá sempre uma pessoa pronta a ser-lhe agradável na medida do possível. Tenho o maior empenho em que os meus empregados se sintam satisfeitos (Kafka, 1926/2000, pp. 28-29).

Mas logo no encontro com o regedor, K. é informado que o Castelo prescinde dos seus serviços, que tudo se encontra medido. Inicia-se aqui a luta com o “inimigo”.

K. obstina-se em ser admitido. Toda a trama é marcada pelo esforço incansável do protagonista em comunicar-se com a autoridade suprema: Klamm. Daqui sucedem-se vários conhecimentos com aldeões e funcionários do Castelo, em que a K. nada mais interessa do que ter acesso aos senhores que o contratam. Os personagens muitas vezes desmentem-se ou mostram interpretações diferentes sobre o mesmo facto. A impressão que se tem ao longo da narrativa é a de uma espécie de teimosia, receosa e quase mesquinha, em afastar K. do Castelo. K. debate-se contra o absurdo, o incompreensível.

## 2.2. *O Processo*

*O Processo* conta a história de um homem que, numa certa manhã, é detido por um motivo que ele próprio desconhece, obedecendo a uma Lei à qual ele não tem acesso e

acabando condenado à morte por um crime que ninguém sabe do que o acusam, nem quem encabeça a acusação. Diz-se, portanto, que há uma Lei que foi infringida, sem no entanto se saber que Lei é essa, de quem originou a acusação e qual a infracção que foi cometida. A única certeza que se tem é que aquele que foi designado infractor deve pagar com a vida.

Josef K. é um cidadão comum, funcionário bancário de profissão e inquilino na pensão da Sr.<sup>a</sup> Grubach. Sem motivo Josef K. é capturado e interrogado no seu trigésimo aniversário. Os funcionários que o prendem nada podem dizer, vêm apenas para participar a sua detenção, para cumprir ordens. Nada se comunica, apenas que Josef K. está preso mas que isso não o deve impedir de ir trabalhar nem de continuar a viver como até ali.

Ao ser informado que contra ele decorre um processo judicial (ao qual ele jamais terá acesso e fundado numa acusação que ele jamais conhecerá), Josef K., perplexo, percorre o labirinto da burocracia estatal, comparece a tribunais absurdos onde é interrogado em frente a uma assembleia, submete-se a ordens desconexas e vê-se de tal modo enredado numa situação ilógica, que a narrativa dá a impressão de pesadelo ou irrealidade.

Todo o romance gira em torno dessa manhã. Josef K. passa exactamente um ano a tentar comunicar-se com a justiça para se defender de um crime que não cometeu. Mas a justiça permanece na penumbra, incomunicável com o homem. Aqui a ambiguidade do universo kafkiano e as situações do absurdo existencial chegam a limites inesperados. A narrativa carregada de uma atmosfera desorientada e avulsa deve-se à sequência infindável de surpresas, geradas por uma lei maior e inacessível, na qual o protagonista Josef K. está imerso. Toda a obra é movida pelo absurdo que, de resto, é o ponto de partida, sem conclusão, da confusão que se desenrola dentro de Josef K., assim como em todos os ambientes reais onde ele está inserido.

Na véspera do seu trigésimo primeiro aniversário vêm dois homens a casa de Josef K. Levam-no a um lugar afastado e com três facadas no coração liquidam-no. Onde está o juiz? Onde está a alta corte que o condena? Este é o destino trágico de Josef K., escravo e juguete de forças estranhas e invisíveis, tão impessoais quanto a justiça que o condena.

### 3. D'O Castelo a'O Processo: Análise Interpretativa das Obras

Segue-se a análise interpretativa das obras com suporte na literatura apresentada, onde são referidas também passagens de outros trabalhos do autor, tais como a *Carta ao Pai* e as *Três Cartas a Milena Jesenská*, de forma a compreender melhor o problema da identidade em Kafka. Consideramos pertinente, a título de organização do trabalho, dividir este capítulo em duas alíneas, onde a primeira se centra na compreensão do Édipo e seus percursores, e a segunda, reporta aos aspectos mais precoces do desenvolvimento. Não se pretende, contudo, traduzir a ideia de que estes aspectos do desenvolvimento existem separadamente um do outro, mas que, pelo contrário, coexistem num todo dinâmico e integrado.

#### 3.1. A Lei Paterna

A *Carta ao Pai* começa assim: “Pai muito querido, perguntaste-me recentemente a razão por que pretendo ter medo de ti. Como habitualmente, não soube responder-te nada, em parte justamente por causa do medo que me inspiras (...)” (Kafka, 1919/2000, p. 5). Para Kafka, a figura paterna aparece associada tanto à opressão quanto à aniquilação da vontade humana. A sua infância e adolescência foram marcadas pela figura dominadora do pai, um abastado comerciante judeu, que sempre fez do êxito material a tábua de valores – para si e para os outros. A imagem que Kafka guarda é de um pai prepotente e austero, cuja soberania é sentida o tempo inteiro.

Kafka escreve na sua *Carta ao Pai*:

Sucedeu a seguir que o mundo se encontrou partilhado em três partes: uma, aquela onde eu vivia escravizado, submetido a leis que não tinham sido inventadas por mim e às quais, ainda por cima, não podia satisfazer inteiramente, nem saber porquê; uma outra, que me ficava infinitamente distante, na qual vivias, ocupado em governar, em dar ordens, em te irritares porque não eram cumpridas; uma terceira, enfim, onde o resto das pessoas vivia feliz, isento de ordens e de obediência (1919/2000, p. 17).

Esta passagem mostra bem essa associação entre a figura autoritária do pai e a configuração que Kafka percebia de um mundo arbitrariamente dividido, no qual se encontrava subjugado a leis que nem ele próprio julgava entender. Nesta dialéctica do senhor e do escravo, o pai parece representar na esfera pessoal e familiar o poder que na esfera literária não tem rosto, mas cuja mão faz sentir seu peso o tempo inteiro.

*O Castelo* parece ter sido criado à imagem deste mundo impessoal e totalitário, guardando em si traços da experiência do homem Kafka face à autoridade paterna que não se deixava questionar e que avançava contra ele ao menor sinal de desobediência.

Pois que significa afinal este Castelo com suas misteriosas actas, toda a sua impenetrável máquina burocrática, todos os seus caprichos e falsidades, e a sua exigência, e exigência perfeitamente justificada, de uma servidão quase voluntária? Este Castelo, ao qual K. não obtém acesso e do qual, incompreensivelmente, nem sequer pode aproximar-se pelo caminho direito?

Os personagens que Kafka faz entrar em cena movem-se num espaço labiríntico, postado diante da lei. O ambiente em que se vive é um ambiente de poder e repressão, onde a esfera do privado se subordina à esfera do público. O sistema é assegurado por um respeito e obediência sem reservas, onde o apelo à ordem e à autoridade se pode assemelhar a uma instância superegógica que limita a expansividade dos personagens.

Toda a narrativa desenrola-se num jogo de propostas e contra-propostas, de expectativas e derrotas. K. tem uma atitude de observação, de vigilância permanente, examinando com precisão todos os meios que o possam levar ao Castelo. Todas as eventualidades estão previstas nos seus cálculos, aproveitando tudo que inclua uma réstia de esperança. Neste pequeno mundo, todas as pessoas e todas as informações parecem estar ligadas em rede, dando a impressão de um clima de conspiração geral contra o protagonista. Os personagens muitas vezes contradizem-se ou mostram interpretações diferentes sobre os factos, onde a K. todos os esforços em comunicar-se com Klamm são desencorajados, percebidos como esperanças infundadas. Até os oficiais menores – Erlanger, Bürgel, Barnabás, os seus ajudantes –, que supostamente são intermediários do Castelo, não fazem senão aumentar, ou pelo menos tornar consciente ao leitor, a distância que o separa do Castelo.

Da alienação profunda dos personagens face à lei resulta que ao menor sinal de desobediência aos regulamentos prescritos, K. seja repreendido. Veja-se, por exemplo, quando K. recusa submeter-se ao interrogatório de Momus, o secretário de aldeia de Klamm, que pretende obter o relatório exacto dos acontecimentos da sua estadia na casa da ponte para os arquivos do Castelo; ou quando K. não obedece à ordem de despedimento do mestre-escola, do lugar de contínuo que lhe é provisoriamente concedido pelo regedor enquanto se espera pela resposta definitiva do Castelo (resposta que acaba por nunca chegar), e que K. compromete ao deixar que os ajudantes sejam acusados à custa de K. ter arrombado o alpendre para aquecer a sala onde dormem. Ou seja, ao menor sinal de transgressão K. é

ameaçado de expulsão, ou pelo menos, precavido para as consequências pesadas que advirão da rebelião dos seus actos.

São inúmeras as tentativas do escritor em fazer chegar o protagonista ao Castelo, mas todas elas condenadas ao fracasso. K. esforça-se veementemente por alcançar Klamm, por meio das vias oficiais ou até directamente, mas parece que todos os acessos se encontram bloqueados. Há um paradoxo que percorre toda a narrativa: primeiro, vemos a carta de Klamm que confirma a sua admissão aos serviços; depois, no encontro com o regedor, vemos que a intervenção casual de circunstâncias secundárias veio trazer um equívoco à nomeação de agrimensor e que os seus serviços não têm no Castelo a mínima utilidade; mais tarde, chega outra carta de Klamm que mostra o seu reconhecimento pelos serviços prestados. E assim em diante... K. luta com todas as suas forças por alcançar um só olhar que seja de Klamm, mas poderia até K. empregar todos os esforços e ser o mais importuno possível que Klamm jamais falaria com ele, nunca o deixaria sequer vir à sua presença.

De facto, até a própria estalajadeira da casa da ponte compara Klamm a uma águia e a princípio K. acha ridículo, mas quando começa a dar conta de toda a burocracia e falhas do sistema, onde na maior parte das vezes as informações são imprecisas, deturpadas ou dissimuladas, confronta-se com a sua própria impotência:

(...) no que ele agora pensava era na distância que o separava de Klamm, na sua habitação inexpugnável, na sua mudez, só interrompida, quiçá, por gritos como K. jamais ouvira, no seu olhar sobranceiro, impossível de demonstrar e impossível de refutar, nos círculos que ele descrevia lá no alto, segundo leis incompreensíveis, e que ele, K., da fundura em que se achava, jamais poderia destruir, e só eram visíveis por instantes; tudo isto era comum a ambos, a Klamm como à águia (Kafka, 1926/2000, p. 128).

Mas K. acalenta esperanças de poder penetrar no Castelo, acabando porém por permanecer na aldeia de fora do Castelo ao longo de toda a narração.

A *Carta ao Pai* é escrita em esboço de pergunta por esse pai. Mas, se por um lado, Kafka ataca-o pelas suas inibições, por outro e ao mesmo tempo, deseja salvar esse pai e mantê-lo no lugar de um pai ideal. De forma análoga, n'*O Castelo* parece também haver um apelo a este pai. Que pai pode então Kafka construir? Que teve então este pai que ver com o que foi o seu problema essencial, a dificuldade em comunicar-se com o mundo?

Não importa tanto interrogarmo-nos sobre as qualidades desse pai real, mas distingui-lo da função simbólica que desempenha no Édipo.

Freud (1905/1996) colocou o complexo de Édipo no âmago da existência humana. De acordo com Freud (1905/1996), será a partir do Édipo que o sujeito irá estruturar e organizar o seu vir-a-ser, sobretudo em torno da diferenciação entre os sexos e do seu posicionamento face à angústia de castração.

A hipótese da importância da cena edípica na trama da subjectividade em Kafka aparece ligada ao poder que é imputado à figura paterna. Pois se olharmos para Klamm como símbolo da figura paterna e para o Castelo como a esperança, podemos perceber como toda a criação se coloca diante do limite imposto pela lei paterna.

K. é criado à imagem do anti-herói que se debate contra o poder sem rosto, assim como Kafka se debatia contra o poder paternal. Pois que significa então este longo combate senão o combate de vida do autor em procura do olhar paterno, de se fazer reconhecer diante deste pai? Não se assemelham estas dificuldades àquelas que Kafka parece ter sentido em aceder a seu pai? E este esforço incansável, a esperança de poder ele também ser homem?

Na sua *Carta ao Pai*, podemos ver como a figura paterna introjectada é demasiadamente temida para ser atacada e insuficientemente idealizada para ser admirada e servir de objecto de identificação. Um rival que se teme, mas que também se despreza. Parece que a sua identificação ao masculino é uma identificação falha e dependente, disso impossibilitando-o de poder construir-se como homem. A problemática da identidade em Kafka parece assim apontar-nos o vazio deixado pelo Édipo, onde o protagonista fica preso na procura contínua e inacabada de identificação do próprio escritor e sujeita aos percursos pré-genitais do Superego.

*O Castelo* parece configurar a relação edípica fortemente ambivalente com o pai. O obstáculo, a proibição, é sentida como partindo de Klamm, representante da autoridade e da lei. Ora, Klamm é, na organização edípica, o rival. Há uma tentativa de ataque ao rival paterno, mas como este ataque é altamente culpabilizante, não é libertador do ódio. De acordo com Matos (2001), “o rival é atacado e, a seguir, reparado, perdoado e amado (porque, no fundo, mas sem o saber, o sujeito se julga culpado e desculpabiliza o rival)” (p. 425). Só o desenvolvimento edípico permite sair da ambivalência, mas o que aqui podemos ver é o resultado de um esforço desesperado para ultrapassar o conflito edípico. A acção é constantemente adiada pela incapacidade de fazer frente ao pai poderoso e chegar a acordo com ele.

Este momento da narrativa mostra bem a ambivalência de K. Vemos um secretário do Castelo falar em tom amigável com K., é a primeira vez que tal acontece. É certo que até essa amabilidade parece suspeita, porém é a primeira vez que um órgão do Castelo mostra boa

vontade para K., prontifica-se até a auxiliá-lo e a intervir no despacho do seu assunto, para o qual, aliás (e aqui é que está o paradoxo), não é ele o funcionário competente. Mas K. está demasiado cansado, demasiado sonolento, para poder sequer avaliar a oferta. Chegado o momento decisivo, o corpo fraqueja-lhe. É certo que até essa oportunidade não concorda com a situação de conjunto, mas ao sinal de confiança do secretário de poder alcançar mais do que até aí os seus esforços tinham permitido alcançar, K. perde-se do fim em vista.

Na sua *Carta ao Pai*, Kafka expressa bem o terror que era para ele o casamento. Podemos ver aqui como é abordado o problema da escolha do objecto amoroso, que vínculos pode Kafka estabelecer com as mulheres e como a função paterna é determinante nas suas escolhas. Dito de outra forma, podemos ver como a chave na escolha do objecto estaria em relação com o posicionamento do sujeito face ao limite imposto pela lei paterna.

Kafka culpa o pai pelo fracasso das suas tentativas de casamento. Mas onde se situa esta proibição paterna? Haverá tal proibição? De que proibição se trata?

(...) as minhas tentativas de casamento deram origem à mais grandiosa, à mais promissora das tentativas de libertação; é verdade que seguidamente, o grandioso do falhanço esteve à altura do esforço. Como fracasso em tudo o que se refere a este domínio, receio não conseguir também explicar-te as minhas tentativas de casamento. E contudo, o êxito pleno desta carta depende disso (Kafka, 1919/2000, p. 54).

Esta passagem mostra porque parece ser a sua razão. Este pai parece estar colocado por Kafka como aquele a quem ele deveria pedir permissão.

N' *O Castelo*, a personagem feminina principal é Frieda, a jovem servente do albergue dos senhores e amante de Klammm, com quem K. se envolve intimamente. Vejamos como se relacionam estes personagens.

Na noite em que K. recusa ficar com a família dos Barnabás, acompanha Olga ao albergue dos senhores na esperança de poder lá ficar a pernoitar. O estalajadeiro diz-lhe que K. só pode ir até à sala de bebidas, pois a casa é reservada exclusivamente aos senhores do Castelo. Na sala de bebidas encontra-se Frieda, K. pergunta-lhe se conhece Klammm e Frieda deixa-o espreitar pelo orifício da porta que dá para a sala onde Klammm se encontra. Rapidamente, Frieda é seduzida por K. e deixa-o lá passar a noite sem que ninguém saiba. Nisto envolvem-se intensamente por debaixo do balcão, mesmo ali diante da sala onde Klammm se encontra a dormir. Na manhã seguinte, Frieda abandona o albergue dos senhores onde tem uma posição privilegiada e aceita casar com K. em breve. Mas não é por amor a Frieda que K. se propõe casar, ele bem sabe que Frieda não passa de uma rapariga

insignificante, ainda por cima com um mau passado, e como tal a trata, vagueando de porta em porta sem com ela se preocupar. Frieda tem relações com o Castelo e nelas reside a sua importância, por cálculo K. faz-se amante de Frieda julgando encontrar nela um meio seguro para chegar a Klamm, e não desistirá dela enquanto houver nele a esperança de que os seus cálculos hão-de dar certo.

Podemos ver a relação triangular que se estabelece entre estes três personagens: K., Frieda e Klamm. K. quer desposar Frieda mas, tendo sido outrora Frieda amante de Klamm e que agora o abandona para desposar K., questiona-se como poderá ele suportar uma vida de casado se acaso Frieda seja ainda fiel a Klamm. K. insiste em querer falar com Klamm:

(...) o que «lhe» quero, não é fácil dizê-lo. Para já, quero vê-lo de perto. Depois, quero ouvir-lhe a voz. Depois, quero saber, e dito por ele, qual a sua atitude em relação ao meu casamento com Frieda. Se é só isto ou se lhe pergunto mais, isso depende da maneira como decorrer a nossa entrevista. Pode suceder vir muita outra coisa à conversa, mas o mais importante de tudo, para mim, é estar na sua frente (Kafka, 1926/2000, p. 96).

Julgando conquistar em Frieda a amante do senhor director, K. possui assim um trunfo que só pode ser recuperado pelo mais alto preço, e agora o único fim de todos os seus esforços é ajustar contas com Klamm. Não será este o valor que K. pretende alcançar, o de poder ele também ser homem? Mas, se por um lado, K. vê em Frieda um meio para chegar a acordo com Klamm, por outro, isso parece ser altamente penalizante. Por causa de Frieda K. peca contra Klamm. Esforça-se agora continuamente por o alcançar, mas que é isso, senão os seus esforços impotentes por o reconciliar consigo?

À partida podemos até pensar que K. se apropria de Frieda unicamente para chegar a Klamm, mas à medida que a narrativa se desenvolve começamos a perceber como parece haver em K. uma ambivalência entre o que ele quer e o que ele precisa, entre o desejo de se casar com Frieda e a consciência do que através dela pode obter. A acção obstaculizante não é só atribuída a Klamm, também com a estalajadeira e os seus ajudantes K. é forçado a debater-se por Frieda. A estalajadeira esforça-se continuamente por fazer Frieda duvidar de K. pois acha que ele esconde as suas verdadeiras intenções, assim como também para os ajudantes destruí-los é parte da sua missão. Frieda acaba por ceder às tentativas de os afastar, abandonar K. e anular o casamento, absorvida que está por suspeitas de infidelidade. Da mesma forma que não há reconciliação possível com Klamm, também aqui o escritor parece afastar a

possibilidade do encontro amoroso. O que importa percebermos é como actuou aqui a função paterna, quais foram as suas vicissitudes, e a posição do indivíduo diante dela.

Se o pai não é um aceitável elemento de identificação nem tão-pouco um adversário que se preste, ou seja, se o pai não soube actuar como elemento separador, isso permite conservar a fantasia do indivíduo em ocupar o seu lugar junto da mãe, resultando no recalçamento fracassado dos impulsos sexuais em relação à mãe e dos impulsos agressivos em relação ao pai. Ora, a força do investimento que persiste não permite que haja maturação da escolha objectal pois os objectos posteriores são substitutos do objecto primário. Ou seja, não há substituição sem perda: para que haja uma nova escolha é necessário abandonar os objectos infantis. Como as fantasias incestuosas não são dominadas, não se dá o desligar da autoridade paternal. Disso resulta pois o indivíduo governado pelo sentimento de culpa e prisioneiro das interdições superegóicas, sempre sujeito à castração simbólica, e que repete continuamente a rivalidade edipiana.

Parece-nos assim evidente como a força do investimento do objecto edipiano intervém na preponderância da agressividade para o rival, onde os objectivos sexuais e agressivos persistem e ficam longe de poder completar o crescimento psíquico.

Também n' *O Processo* o aspecto da inacessibilidade pesa sobre um organismo judiciário inabalável, irrefutável, contra o qual não há defesa possível.

Toda a trama gira em torno de um processo: o processo de Josef K. do qual nada se sabe. Qual a acusação feita a Josef K.? Qual o crime por si cometido? Que justiça é aquela, que o encarcera mantendo-o livre? É incomunicável! A personagem de Josef K. é a imagem do perseguido que desconhece os motivos da sua perseguição.

O escritor retrata o autoritarismo de uma justiça que se vê com o poder nas mãos para condenar e que não oferece meios de defesa ao acusado. Por detrás desta aparente justiça encontra-se uma organização que se encarrega de prender pessoas inocentes e de contra elas instituir um processo absurdo. Faz parte deste género de justiça que uma pessoa seja não só condenada inocentemente mas também desconhecendo a Lei.

Do primeiro requerimento redigido em defesa do acusado, exercida pelo advogado, depende muitas vezes toda a orientação do procedimento judicial. No entanto, acontece que nem sempre os requerimentos chegam ao tribunal, ou são extraviados ou simplesmente arquivados por considerarem que ver e ouvir o acusado é mais importante do que todos os papéis escritos. De resto, ao réu e à defesa fica vedado o acesso aos documentos do tribunal e acima de tudo à acusação. Assim, pouco ou nada se sabe de preciso, ficando a defesa

impedida de dirigir acertadamente as suas objecções no primeiro requerimento e, portanto, aquele documento só por casualidade pode ter efeito. Nestas circunstâncias, a defesa está numa situação desfavorável, mas isso é igualmente intencional pois que, em rigor, a defesa não é permitida pela Lei mas simplesmente tolerada.

Josef K. começa a suspeitar das verdadeiras intenções do advogado, acreditando que a sua defesa não está em boas mãos. Pois se as relações com os funcionários que o advogado põe em destaque para o andamento do processo são exploradas em proveito da sua reputação, elas apenas podem ser desfavoráveis ao acusado. Josef K. decide então que é absolutamente necessário intervir pessoalmente no caso. Para isso, teria de retirar ao advogado o direito de o representar, o que podia ser altamente ofensivo e gerador de culpa, mas Josef K. não podia tolerar que no processo se deparassem obstáculos aos seus esforços causados pelo seu próprio advogado. Josef K. tem, é certo, dúvidas quanto ao acerto da sua atitude, mas a convicção de que é necessário tomá-la supera as suas hesitações.

Josef K. resolve-se então a ser ele próprio a encarregar-se da sua defesa pois acredita que só assim poderá resultar a sua total e definitiva libertação, muito embora a exigência de se encarregar pessoalmente do seu processo possa custar a sua carreira. Redigir o requerimento parece porém representar um trabalho quase interminável...

Toda a narrativa é movida em torno dos esforços de Josef K. em procurar meios de se poder defender da sua acusação. Porém, os seus conhecimentos a respeito da justiça pouco vão além do que ouve dizer de diversas pessoas. Mas todas elas são unânimes em afirmar que não se fazem acusações gratuitas e que o tribunal, uma vez feita a acusação, se convence a tal ponto da culpabilidade do acusado que só a muito custo poderá ser dissuadido da sua convicção. A convicção do tribunal é pois inabalável, a justiça rejeita quaisquer provas a favor da inocência do acusado. Josef K. tenta lutar contra o crescente absurdo, obstinadamente mas sem sucesso, ignora todo o aviso de resistência e acaba por ser executado um ano depois nos portões da cidade.

A compreensão do Édipo bem como da natureza do superego é uma maneira possível de explicar aquilo que à primeira vista faz com que Josef K. pareça inocente e acusado arbitrariamente, mas onde na verdade ele é efectivamente culpado.

Kafka escreve na sua *Carta ao Pai*:

Da tua poltrona, governavas o mundo. (...) Ganhaste aos meus olhos o carácter enigmático que possuem todos os tiranos cujo direito não se funda na reflexão, mas na sua própria pessoa. (...) estava pesadamente

comprimido por ti em tudo o que se referia ao meu pensamento, mesmo e sobretudo onde ele não se ajustava ao teu (1919/2000, p. 13).

Também Kafka, na relação com seu pai, se achava subjugado a leis arbitrárias e incompreensíveis, e à semelhança do que acontece n’*O Castelo*, também aqui as circunstâncias são grotescas, ninguém conhece a lei e a corte permanece anónima. O *Eu escravo* aparece aqui em evidência para configurar essa luta com a autoridade, onde o processo é interminável, difícil de resolver, pois a lei passível de governar a acção dos personagens não está clara ou é inexistente, ou mesmo desconhecida de parte a parte, de forma que os papéis de juiz e réu se confundem entre si e a resolução dilata-se no tempo.

De acordo com Freud (1928[1927]/1987), a queda do Édipo é maioritariamente atribuída ao recalçamento da componente passiva da feminilidade:

Se o pai foi duro, violento e cruel, o superego assume dele esses atributos e nas relações entre o ego e ele, a passividade que se imaginava ter sido reprimida é restabelecida. O superego se tornou sádico e o ego se torna masoquista, isto é, no fundo, passivo, de uma maneira feminina. Uma grande necessidade de punição se desenvolve no ego, que em parte se oferece como vítima ao destino e em parte encontra satisfação nos maus tratos que lhe são dados pelo superego (isto é, no sentimento de culpa), pois toda punição é, em última análise, uma castração, e, como tal, realização da antiga atitude passiva para com o pai (p. 190).

Josef K. é acusado e, contudo, não consegue encontrar a mínima falta a que possam lançar mão para o acusar. Pois que significa afinal este crime do qual Josef K. é acusado, sem que saiba de que é acusado, por quem é acusado nem tão-pouco qual a autoridade que dirige o processo? Este crime, ao qual Josef K. não obtém acesso e do qual, incompreensivelmente, nem pode alegar em sua defesa?

Ora, Kafka defendia-se com singular intensidade da dependência de um pai especialmente severo. E porque ambas as instâncias, ego e superego, prolongam o papel do pai no sentido em que “a relação entre o indivíduo e o seu objecto paterno, embora retendo seu conteúdo, foi transformada transformou-se numa relação entre o ego e o superego – um novo cenário num novo palco” (Freud, 1928[1927]/1987, p. 191), a sua conduta masoquista pode ser compreendida como uma identificação com o pai, permitida ao ego enquanto castigo infligido pelo superego.

O tribunal de justiça representa uma organização de poder que assume a função do superego e, portanto, o carácter paterno. A necessidade de punição que aqui se encontra fortemente marcada é pois aquilo que na trama do Édipo se liga à atitude da criança de ocupar

o lugar da mãe e assumir o seu papel enquanto objecto de amor do pai, pela condição de uma predisposição bissexual acentuada: “sob a ameaça à masculinidade do menino, por meio da castração, sua inclinação é fortalecida a divergir no sentido da feminilidade” (Freud, 1928[1927]/1987, p. 189), mas cuja solução a castração também torna impossível.

Josef K. é obediente e passivo face à lei; a "culpa", descobre Josef K., torna-se-lhe inerente, sem que ele possa fazer algo contra isso, confirmando assim a mesma passividade feminina da criança ao assumir o seu papel enquanto objecto de amor do pai, cujo recalçamento fracassou. À angústia directa do castigo e da castração, acresce portanto a angústia da posição feminina enquanto preço do amor. Para o ego a necessidade de punição trata-se de uma satisfação masoquista, enquanto que para o superego corresponde à satisfação sádica, um forte obstáculo à expansão individual mediado pela acção do outro.

Consideremos o episódio do encontro de Josef K. com o sacerdote da catedral, onde o sacerdote conta a Josef K. uma história referente a um engano.

O protagonista Josef K., funcionário de um banco, é encarregado de acompanhar um cliente italiano importante numa visita à cidade. O ponto de encontro é a catedral. Espera em vão, pois o italiano não aparece. Josef K. está só na catedral até que entra em cena o sacerdote. Este chama-o pelo nome (mas Josef K. não o conhece!) e começa a falar-lhe sobre o mau andamento do seu processo. O sacerdote apresenta-se como o capelão da prisão, ou seja, o italiano era somente um pretexto para atraí-lo até à catedral. Do diálogo entre Josef K. e o sacerdote destacam-se algumas passagens. Por exemplo, à observação do sacerdote de que Josef K. procura auxílio onde não o pode encontrar – aqui em referência às mulheres que aparecem durante o romance, com as quais Josef K. acredita que pode contar – segue-se a seguinte fala do sacerdote: “– Não vês dois palmos à tua frente?” (Kafka, 1925/2001, p. 221).

Mais adiante, face ao reconhecimento de Josef K. quanto à amabilidade do sacerdote para com ele, afirmando-lhe que tem mais confiança nele do que em qualquer outro membro da justiça, o sacerdote diz o seguinte: “– Não te iludas (...) – Estás enganado a respeito do tribunal (...) – Nos escritos que servem de introdução à Lei fala-se dessa ilusão” (Kafka, 1925/2001, p. 222). Deste curto diálogo, segue-se a parábola:

Em frente da Lei está um porteiro; um homem que vem do campo acerca-se dele e pede-lhe que o deixe entrar na Lei. O porteiro, porém, responde que nesse momento não pode deixá-lo entrar. O homem medita e pergunta então se mais tarde terá autorização para entrar. “É possível” responde o porteiro “mas agora não pode ser”. Como o portão que dá acesso à Lei se encontra como sempre, aberto, e o porteiro se afasta um pouco para o lado, o homem inclina-se a fim de olhar para o interior. Assim que o porteiro repara nisso diz-lhe, rindo-se: “se te sentes tão atraído, procura entrar a despeito da minha proibição. Todavia, repara: sou

forte e não passo do mais ínfimo dos porteiros. De sala para sala, porém, há outros porteiros, cada um deles mais forte do que o anterior. Até o aspecto do terceiro guarda é para mim insuportável”. O homem do campo não esperara encontrar tais dificuldades; “a Lei devia ser sempre acessível a toda a gente”, pensa ele; porém, ao observar melhor o porteiro envolto no seu capote de peles, o seu grande nariz afilado, a longa barba rala e negra à moda tártara, acha que é melhor esperar até lhe darem autorização para entrar. O porteiro dá-lhe um escabelo e diz-lhe que se sente ao lado da porta. Durante anos ele permanece sentado. Faz inúmeras tentativas para ser admitido e fatiga o porteiro com os seus pedidos. Aquele, de vez em quando, faz-lhe perguntas sobre a sua terra e sobre muitas outras coisas mas numa maneira indiferente, como fazem os grandes senhores, e no fim diz-lhe sempre que ainda não pode deixá-lo entrar. O homem, que se proveu de amplos meios para a sua viagem, emprega tudo, por mais valioso, para subornar o porteiro. Este, com efeito, aceita tudo, mas diz: “só aceito o que me dás para que não julgues que descuraste alguma coisa”. Durante todos aqueles longos anos o homem olha quase ininterruptamente para o porteiro. Esquece-se dos outros porteiros; parece-lhe que o primeiro é o único obstáculo que se opõe à sua entrada na Lei. Amaldiçoa em voz alta o infeliz acaso dos primeiros anos; mais tarde, à medida que envelhece, já não faz outra coisa senão resmungar. Torna-se acriançado e, como durante anos a fio estudou o porteiro, acaba também por conhecer as pulgas da gola do seu capote; assim, pede-lhes que o ajudem a modificar a atitude do porteiro. Por fim, a sua vista torna-se tão fraca que já nem sabe se escurece realmente à sua volta ou se é apenas ilusão dos seus olhos. Agora, porém, lobra, no escuro, um fulgor que, inextinguível, brilha através da porta da Lei. Mas ele já não tem muito tempo de vida. Antes de morrer, todas as experiências por que passara durante esse tempo convergem para uma pergunta que, até essa altura, ainda não formulara. Faz um sinal ao porteiro para que se aproxime, pois o entorpecimento que o domina já não o deixa levantar-se. O porteiro tem de curvar-se profundamente, visto que a diferença das estaturas se modificara bastante. “Que queres tu ainda saber?” pergunta o porteiro “És insaciável”. “Se todos aspiram a conhecer a Lei” diz o homem “como se explica que durante estes anos todos ninguém, a não ser eu, pedisse para entrar?” O porteiro reconhece que o homem já está perto do fim e, para alcançar o seu ouvido moribundo, berra: “Aqui, ninguém, a não ser tu, podia entrar, pois esta entrada era apenas destinada a ti. Agora vou-me embora e fecho-a (Kafka, 1925/2001, pp. 222-223).

Esta parábola, intitulada *Diante da Lei* e que ficou conhecida como a *lenda* ou *parábola do porteiro*, faz parte de um capítulo d’*O Processo*. O destaque para esta parábola deve-se à importância e autonomia que o próprio autor reconhecia neste texto, uma vez que foi publicado isoladamente pelo próprio, e este é um dado importante se considerarmos que Kafka publicou em vida muito pouco da sua produção literária.

Este momento da narrativa mostra muito precisamente o que temos vindo a discutir até aqui. Podemos ver como o porteiro oferece ao homem a possibilidade de desafiar a Lei, mas logo o previne para os terríveis porteiros que se encontram no interior, com cuja força ele teria de se debater para conseguir entrar na Lei. A entrada é proibida, mas o homem não quer outra coisa senão entrar e decide esperar que o porteiro autorize a sua entrada. Senta-se no escabelo ao lado da porta e aí passa a vida, mas fá-lo de livre vontade. Porém, emprega todos os

esforços para ser admitido, importunando o porteiro com os seus pedidos e chegando mesmo a suborná-lo. O seu desejo é “insaciável”, mas durante muitos anos, o tempo da vida de um homem, pode dizer-se, a sua espera é inútil. O destino de Josef K. segue portanto o mesmo destino do velho camponês, deixando entrever o carácter estático, paralisado, cristalizado no tempo de uma esperança infundada. Assim como o guarda da Lei funciona como uma espécie de tranca invisível, assim como as vias de acesso ao Castelo se mantêm inacessíveis, também o pai, em cujo poder o tornava inatacável, impossibilitava o indivíduo de poder (re)criar-se à sua imagem e semelhança.

No final da parábola, à pergunta do camponês “Se todos aspiram a conhecer a Lei como se explica que durante estes anos todos ninguém, a não ser eu, pedisse para entrar?”, o porteiro responde de forma enigmática: “Aqui, ninguém, a não ser tu, podia entrar, pois esta entrada era apenas destinada a ti. Agora vou-me embora e fecho-a”. Parece-nos assim evidente como o processo movido contra Josef K. é o processo que se desenrola no interior de um indivíduo e no qual só pode intervir aquele que o reconhece e aprende a libertar-se da decepção deixada por um pai que não esteve disponível para o investimento do indivíduo como objecto de referência para a construção da sua identidade.

### 3.2. A Impossibilidade do Encontro

Mas mais do que Freud (1924/1996) apontaria possivelmente como uma *angústia de castração*, parece que toda a criação de Kafka se esforça por compensar uma cruel falta de investimento e de real reconhecimento de si, o que nos leva pois a questionar necessariamente sobre os aspectos mais precoces do desenvolvimento.

Em *O Castelo* Kafka dá-nos o melhor exemplo do sujeito que procura todo o tipo de pretextos para escapar ao seu próprio desejo, o sujeito que mantém o desejo à distância, que adia o momento do seu encontro.

Procurando radicar-se na aldeia, diante do Castelo, K. procura alcançar uma identidade – luta por obter trabalho num determinado meio social, tenta fortalecer-se pela escolha de uma profissão e pelo casamento, quer conquistar como “estrangeiro” (partindo pois de uma situação isolada e como alguém que se distingue de todos os outros), – o que qualquer outro na aldeia adquire gratuitamente, sem particular esforço nem reflexão. De facto, o que impele K. é a necessidade das mais elementares condições de existência – a necessidade de criar raízes numa profissão e num lar, a necessidade de se incorporar numa comunidade humana.

Também n' *O Castelo* K. confia a Frieda a possibilidade do encontro do amor, mas este sem meias medidas, sem falsidades nem mentiras, pois de contrário K. não o aceitaria. E é precisamente esta severidade que, da sua luta pelo amor e por um enraizamento no aglomerado humano, no fundo, por uma confirmação existencial, faz o combate sacrificado. Que fim pretende K. alcançar com este combate, ele mesmo o define: “Por insignificante que tudo isto seja, tenho já um lar, uma profissão e verdadeiro trabalho, tenho uma noiva que se encarrega do meu trabalho quando outros afazeres me ocupam, vou casar com ela e tornar-me membro da comunidade” (Kafka, 1926/2000, p. 260). Mas Frieda tem “relações com o Castelo” e delas resulta também muita perturbação para ambos, muita injustiça real ou aparente, vindo no fim por impossibilitar a relação.

N' *O Processo*, podemos ver como a organização judiciária perde o sentido das relações humanas, onde ao carácter profundamente desumanizado, se denuncia a crueldade e o absurdo que explora a fragilidade do homem isolado entre o destino e o poder, reduzindo-o à condição perversa de sub-homem. Sem motivo Josef K. é capturado e interrogado no seu trigésimo aniversário, ficando sujeito a um longo e tortuoso processo do qual, incompreensivelmente, é condenado à morte. *O Processo* põe em evidência os aspectos da negação da liberdade e do abuso da condição humana, onde ao acusado fica vedado o direito de se libertar da acusação que sobre ele pesa.

Aquilo que Kafka tenta reproduzir aqui como a negação do estado de direito, a submissão ao poder e às camadas dominantes, diante do qual não há absolvição possível, enfim, uma justiça que não reconhece a identidade das pessoas mas onde estas vivem postadas diante da Lei, não poderá ser, em última análise, um apelo ao direito de “existir”, ao direito de poder salvar os seus direitos enquanto pessoa?

O protagonista de Kafka debate-se no fundo pelo caminho do comum dos homens, a condição de se ser pessoa. A deformação da realidade que pode ser sugerida pela obra obedece a uma percepção aguda do mundo marcada pela impossibilidade do encontro. A sua obra é o retrato da solidão, do desamparo, do esforço de um homem nascer para si próprio. Pois que significa afinal este adiar permanente do desejo, esta necessidade ávida e no entanto fracassada de se humanizar, de se fazer reconhecer enquanto pessoa? O que é que leva a que o protagonista de Kafka tenha sido criado à imagem do homem desterrado, colocado sempre aquém da sua necessidade?

A propósito do casamento, Kafka escreve na sua *Carta ao Pai*:

O obstáculo essencial, infelizmente independente de cada caso isolado, é ser eu, espiritualmente inapto para o casamento. Isso traduz-se pelo facto de que, no próprio instante em que decido casar-me deixo de poder dormir, ando com a cabeça em fogo dia e noite, deixo de ser uma vida, sou desesperadamente agitado de todos os lados. Não são, para falar com propriedade, as preocupações que provocam esse estado (...) não fazem mais do que completar a obra como os vermes nos cadáveres. O golpe definitivo é-me vibrado por outra coisa. E é a opressão geral que nasce da minha angústia, da minha fraqueza, do meu desprezo de mim próprio (1919/2000, p. 63).

Aquilo que Kafka sente face à possibilidade do casamento é da ordem do terror. De facto, não se experimenta como vivo, a imagem que tem de si próprio é a de um cadáver. De acordo com Bégoïn (2005a),

(...) quando as condições do nascimento da vida psíquica não são suficientemente boas, e quando a *atração* irresistível exercida pela descoberta maravilhada da beleza do amor e da vida psíquica não é suficiente para se opor à angústia, é o seu *negativo* que aparece (p. 262).

Isto é, o sentimento de horror face à ameaça eminente de morte psíquica. Acompanhado deste sentimento de horror, está o desespero que advém da impossibilidade de se nascer para si próprio e que constitui o *sofrimento psíquico de base*, onde “as *defesas de sobrevivência* contra o desespero então instaladas (...) vêm preencher o vazio deixado pela ausência de desenvolvimento” (Bégoïn, 2005a, p. 254). O sofrimento psíquico de base é essencialmente “o sofrimento de não se poder desenvolver um investimento de Si em relação com o Outro suficiente para fundar a fé em que vale a pena viver a vida, o que provoca um sentimento de agonia psíquica” (Bégoïn, 2005b, p. 143).

Kafka escreve numa carta a Milena Jesenská:

Começo realmente a tremer como se ouvisse tocar a rebate; não sou capaz de ler as tuas cartas e leio-as, naturalmente, apesar de tudo, como um animal bebe, quando está a morrer de sede; não há mais nada, só angústia sobre angústia, e procuro um móvel debaixo do qual me encolha (...) é preciso que nessas cartas tu tenhas a cabeça grandiosa da Medusa, de tal maneira se contorcem as serpentes do horror à volta dela, como à volta da minha se contorcem, mais freneticamente ainda, as serpentes do medo (cit. por Bégoïn, 2005a, p. 264).

Kafka jamais pode viver a felicidade do encontro do amor concretizado, seria apenas o amor vivido na imaginação. O terror irresistível que acompanha o seu desejo e que ele vive de corpo e alma mostra bem o esforço quase desesperado de desenvolver capacidades de amor.

Bégoïn (2005b) considera que o acesso à intimidade, isto é, à possibilidade que se abre perante o si-próprio de aceder ao prazer a obter com o outro, baseia-se “no sentimento de maravilhamento vivido pela criança por ocasião do primeiro encontro inicial entre o seu amor nascente e o dos pais para com ele e um pelo outro” (p. 140). É pois do pleno desenvolvimento da identidade que nasce o verdadeiro encontro com o outro, mas se o indivíduo ficou aquém da possibilidade de se desenvolver, para Bégoïn (2005a) o encontro com o outro corre o risco de não conseguir superar as defesas que foram necessárias à sobrevivência psíquica face ao desespero. Para Erikson (1968/1972), o indivíduo enfrenta uma crise de *intimidade* na qual fica incapacitado de correr riscos para a própria identidade.

Na sua *Carta ao Pai*, Kafka declara-se impressionado pela força e pela autoridade do pai, ao mesmo tempo que considera ter sido “uma criança assustadiça”. Da sua infância, recorda apenas um “incidente”:

Uma noite, não cessava de choramingar reclamando água (...) tiraste-me da cama, levaste-me para a varanda e ali me deixaste sozinho um momento, em camisa, de pé diante da porta fechada. (...) Muitos anos depois, sofria ainda com o pensamento doloroso de que este homem gigantesco, meu pai, a última instância, podia quase sem motivo tirar-me à noite da cama para me levar para a varanda, provando com isso a que ponto eu era nulo a seus olhos. (...) este sentimento de nulidade que se apodera tantas vezes de mim (...) deve ainda muito à tua influência. Ter-me-ia sido necessário um pouco de encorajamento, um pouco de gentileza, teria tido necessidade de que desimpedissem um pouco o meu caminho, em vez de mo tapar, como fizeste (...) (1919/2000, pp. 10-11).

Esta passagem mostra bem o que parece ser “uma necessidade insatisfeita de confirmação existencial e afectiva e um investimento negativo de si” (Bégoïn, 2005a, p. 263), por identificação com o olhar de cólera ou de desprezo do pai sobre si.

De facto, parece que no percurso do desenvolvimento a relação com o pai ocupa o lugar central. E então a mãe, qual o lugar que esta ocupava? Como terá ele guardado a mãe da infância? Onde estava ela quando ele “reclamava por água”? Será que ela soube protegê-lo deste pai? E será que esta mãe foi capaz de empatizar com as suas angústias mais primitivas, de atender às suas necessidades próprias de autonomia e de desenvolvimento?

Também n’*O Castelo* os aldeões agitam-se contra K. com olhares intrusivos que o importunam, não se sabe se de humildade se de troça. A outra gente age com reserva, ou o manda embora ou tem medo dele ou tenta impedir-lhe o caminho, provando com isso a nulidade dos seus esforços. No episódio em que K. recebe a carta de Klammm, o modo como Klammm se dirige a K. parece-lhe evidentemente suspeito, incoerente pois, se por um lado, é

ele quem o diz, parece que o tratam como pessoa livre a quem se reconhece uma vontade própria, por outro, tratam-no como se trata um “qualquer empregadito insignificante que a direcção, lá do alto, mal consegue enxergar, tão insignificante que era preciso um esforço para «o não perder de vista»” (Kafka, 1926/2000, p. 29).

Consideremos o episódio em que Barnabás traz K. a sua casa. Quando Barnabás se apresenta como mensageiro do Castelo e vem com uma carta de Klammm, a sua presença parece exercer sobre K. uma impressão de bem-estar. Justamente para não ter de ficar na estalagem, K. acompanha Barnabás. Quando Barnabás lhe diz “estamos em casa”, e tendo pensado K. que Barnabás se dirigia de volta ao Castelo, K. fica desiludido. K. é apresentado à família dos Barnabás. Ambos, pai e mãe, dirigem-se a K. para o saudar e as irmãs, Olga e Amália, convidam-no a sentar-se à mesa. Porém, K. toma imediatamente uma atitude de desconfiança em relação à amabilidade da família e ao convite de Barnabás em lá ficar a pernoitar, se a sua casa o agradasse mais que a estalagem. Como não se julga capaz de vencer sozinho o caminho de regresso à estalagem, K. decide-se a passar ali a noite, mas a não aceitar mais favores daquela família. Observa o seguinte:

Menos perigosos lhe pareciam os da aldeia, que o mandavam embora ou tinham medo dele; pois, no fundo, faziam-no atentar em si mesmo, ajudavam-no a manter concentradas todas as suas forças; gente como Barnabás, porém, que pretendia ajudá-lo, mas só na aparência, e, em vez de o introduzir no Castelo, o introduzia na família, servindo-se de uma pequena mascarada, tal gente só servia para lhe desviar a atenção, voluntária ou involuntariamente, trabalhava para a destruição das suas forças (Kafka, 1926/2000, p. 38).

Tudo se passa como se K., confrontado com um meio que o pode receber, com a possibilidade de se sentir acolhido e protegido junto da família dos Barnabás, a condenasse ele próprio e a rejeitasse, considerando-os perigosos. Ou seja, se alguém há junto de quem ele possa achar alguma tranquilidade, e aqui é que está o paradoxo, são pessoas de quem ele foge. Como se não fosse possível para K. confiar e confiar-se a um meio que o pode receber, antes vê nisso malícia. Erikson (1968/1972) considera que o mais remoto sentimento de identidade nasce do encontro de confiança e reconhecimento da mãe com o bebé, e quando este não sobrevém no clima de mutualidade e de reciprocidade, põe em perigo a condição fundadora de vitalidade mental, o *sentimento de confiança básica*.

Sobre a sua mãe, Kafka escreve na *Carta ao Pai*:

Minha mãe era infinitamente boa para mim, é verdade, mas só o era comparativamente a ti, quer dizer, para mim, numa má relação. Sem o saber, desempenhava ela o papel do batedor de caça. (...) contentava-se em

proteger-me em segredo contra ti, dava-me, permitia-me qualquer coisa em segredo, e era de novo a criatura dissimulada, o batoteiro que se sentia culpado e que, devido à sua nulidade, era incapaz de obter de outra forma que não fossem os caminhos irregulares mesmo as coisas às quais pensava ter direito” (1919/2000, pp. 25-26).

De facto, parece que este não é um olhar materno real, é um olhar que age em segredo e que reflecte à criança que não é “infinitamente boa” para que possa merecer o amor incondicional, e que por isso não é um referencial primário securizante, onde também para além disso, reagindo por medo ao pai, destina-se a confirmar permanentemente a sua força e a sua autoridade.

Este olhar desnarcisado e desidealizado, experienciado como uma interferência aterrorizadora na continuidade da sua própria existência pessoal, liga-se a aspectos do desenvolvimento precoce, onde a qualidade da relação fica aquém de poder traduzir-se em crescimento psíquico. Bégoïn (2005b) afirma que o nascimento da vida psíquica advém primariamente da “*confiança* ligada ao sentimento de se estar (...) suficientemente protegido contra as angústias primordiais de aniquilação” (p. 136), baseada no investimento recíproco entre a criança e o seu meio. Mas quando as condições do nascimento da vida psíquica falham no preenchimento da sua função natural, de acordo com Winnicott (1960b/1983), a fragmentação da experiência que daí resulta dá origem a que no lugar do Eu que experimenta uma continuidade de ser, de acordo com os seus gestos e necessidades espontâneas, se afirme uma ilusão de existência pessoal que obedece às expectativas e exigências do ambiente.

A propósito da relação com o seu corpo, Kafka escreve na sua *Carta ao Pai*:

(...) mas essa inquietação afectava as formas mais diversas. Por exemplo, inquietava-me com a minha saúde; isso começou de forma anódina (...) para acabar com uma verdadeira doença. Mas como não tinha a certeza de nada, como esperava a todo o instante uma nova confirmação da minha existência, como não havia nada que estivesse na minha posse real, incontestável, exclusiva e determinada apenas por mim sem equívoco, como era, em suma, um filho deserdado, comecei a duvidar também do que me era mais próximo, do meu próprio corpo; empertiguei-me a toda a altura, mas não soube que fazer do meu corpo, a carga era muito pesada, curvaram-se-me as costas; mal me atrevia a mexer-me (...) e foi assim que o caminho da hipocondria acabou por ficar livre, até ao momento em que, esgotado pelo esforço sobre-humano que a vontade de casar me impunha, comecei a cuspir sangue (...) (1919/2000, pp. 50-51).

Mas mais do que uma *angústia de castração*, é a sua existência inteira que Kafka experimenta como “nula”, significando para ele que “não conseguiu fazer-se reconhecer nem amar enquanto ser” (Bégoïn, 2005a, p.263). De facto, este sentimento de nulidade inscreve-se

numa dialéctica relacional primária associada a uma vivência de falta fundamental, carência afectiva real nas relações precoces, deixando a insatisfação a sua marca de insuficiência e de incompletude. É a marca fundamentalmente depressiva deixada quando a criança não encontrou no passado condições suficientemente boas que permitem o crescimento psíquico, criando e deixando “subsistir no fundo de si, no fundo do Si-próprio, um núcleo de desespero mais ou menos secreto” (Bégoïn, 2005b, p. 142). Erikson (1968/1972) afirma que “sempre que o pessimismo oral se torna dominante e exclusivo, os medos infantis, como o de “ser deixado vazio” ou, simplesmente, “ser deixado” (...) podem ser apontados nas formas depressivas de “estar vazio” e de “não prestar para nada”” (p. 102).

Idealmente, a experiência humana consoma-se na criação de expressões e gestos espontâneos, sendo que o Eu verdadeiro “não faz mais do que reunir os pormenores da experiência de viver” (Winnicott, 1960b/1983, p. 135). Ora, se a condição de ser pessoa começa na total dependência do reconhecimento e facilitação dos desejos, a vulnerabilidade que daí resulta face à não responsividade e às intrusões do meio, constitui um impacto na continuidade da sua própria existência pessoal: “a marca inevitável desta vulnerabilidade é uma cidadela privada de realidade subjectiva que se mantém para sempre inacessível ao olhar objectivo público” (Greenberg & Mitchell, 1983/2003, p. 237), onde o medo de exploração do Eu verdadeiro persiste como o mais profundo receio e, por isso, aí permanece “o eu do indivíduo que não se comunica, ou o núcleo pessoal do eu que é um isolado autêntico” (Winnicott, 1963/1983, p. 166). O Eu fica aquém da sua necessidade e sintonizado com as pretensões e solicitações de outros e, portanto, impossibilitado de existir. Ora, quando o investimento da criança pelo seu meio é mais narcísico do que objectal, “o self infantil fica mais ou menos esmagado por essas projecções e evacuações, e experimenta as maiores dificuldades em estabelecer os seus próprios limites” (Bégoïn, 2005b, p. 150), disso resultando confusões que interferem gravemente com as possibilidades de desenvolvimento.

Toda a sua vida, Kafka esteve obcecado pelo seu corpo. Tudo se passa como se ele, confrontado com um meio que não recebeu nem conteve os seus estados emocionais nascentes, duvidasse até do que lhe era mais próximo, do seu próprio corpo, esperando a todo o instante por uma nova confirmação da sua existência. Este é o desespero total, em razão da necessidade fundamental de crescimento psíquico do ser. Esta descrição corresponde à maneira como “a criança imagina o seu corpo e as suas funções quando a sua interrelação com o seu meio não foi suficientemente calorosa e harmoniosa para lhe permitir descobri-los e investi-los positivamente” (Bégoïn, 2005a, p. 267). O seu corpo permanece um estranho

onde a criança habita e, no seu mundo interno, conserva aquilo a que Bégoin (2005a) chamou *partes não nascidas do self*, aspectos não desenvolvidos da imagem de si.

A luta contra esse núcleo de desespero permanente que advém do sofrimento depressivo primário, pela qual Kafka parece ter feito da vida o combate, será também ela permanente e alimentará todas as formas de violência. Não terá sido a sua tuberculose expressão última do combate contra o desespero de não poder desenvolver a sua vida psíquica, o qual, de resto, tem sempre “um sentido fundamentalmente *suicida*, porque desesperou do futuro e, assim, o destruiu de antemão” (Bégoin, 2005b, p. 150).

Em última análise, esta passagem mostra bem como Kafka parece ter ficado aquém daquilo que Erikson (1968/1972) descreveu como *sentimento de integridade*, que se manifesta pela repulsa e pelo desespero que, da falência de um projecto existencial, apenas significam o desdém da pessoa por si mesma. No fundo, o sentimento que o faz regressar sempre ao mesmo lugar estranho e que habita sobre a decepção, o desejo agressivo e destrutivo e a raiva de ter sido “mal amado”.

Kafka não chegou a escrever um capítulo final n’*O Castelo*. Mas perguntando-lhe Max Brod um dia como é que o romance ia acabar, ele contou-lhe:

O pretense agrimensor obtém satisfação, pelo menos em parte. Não esmorece na luta, mas morre de extenuação. A comunidade reúne-se à volta do seu leito de morte, e nesse momento vem a decisão do Castelo, na qual se determina que, legalmente, K. não tem direito a morar na aldeia, mas que, em atenção a certas circunstâncias acessórias, o autorizavam a que aí vivesse e trabalhasse (Kafka, 1926/2000, p. 392).

O romance terminaria com esta importante derrota do herói, provavelmente decisiva. Ao escolher a morte, o escritor reforça o problema da identidade, onde o protagonista fica preso na incompletude do próprio escritor.

## Conclusão

Nesta digressão por Kafka, tentou-se reflectir sobre o desenvolvimento psíquico e, em particular, sobre a problemática da identidade. Foi tão-somente mais uma tentativa de aproximação ao homem por detrás do escritor, por considerarmos que o seu universo se mostra especialmente valioso se quisermos compreender os aspectos paradoxais e muitas vezes enigmáticos da identidade humana, naquilo que são as dificuldades que acompanham o indivíduo no acesso à sua própria identidade. O destaque para a relação com o pai aparece integrado no seguimento da experiência prematura do desenvolvimento, centrada aqui sobre os processos de construção do devir de Si.

Em primeiro lugar, sugerimos que *O Castelo* e *O Processo* parecem guardar em si traços da experiência do homem Kafka face à autoridade, nomeadamente ao posicionamento do sujeito face à angústia de castração. Na perspectiva dos romances, a autoridade ora se nos apresenta como objecto grandioso e digno de devoção, ora como objecto de escárnio. O aspecto da autoridade aparece assim como algo intangível, um forte obstáculo à expansão individual mediado pela acção do outro, reflexo de um pai que é uma figura dominante e poderosa, um imperador e, ao mesmo tempo, uma figura de admiração. Pudemos ver como se joga o conflito edipiano e os seus percursos na trama de Kafka, onde o masoquismo moral ocupa aqui um lugar preponderante, configurando a relação edipiana fortemente ambivalente com o pai.

A imagem do homem kafkiano é o anti-herói que se debate contra o poder sem rosto, e é precisamente esta severidade que, da sua luta pelo desejo de aceder a este pai e de poder (re)criar-se à imagem e semelhança daquele, Kafka faz o combate. Observe-se, por exemplo, como basta a mais pequena tentação do protagonista para que já tudo se perca, para que não haja reparação possível, e como ele, perplexo, se põe a escutar o mundo que não lhe dá resposta à sua eterna pergunta ou então dá-lhe as respostas mais ambíguas, e como apesar disso, ele conserva sempre no mais íntimo de si a esperança de alcançar o caminho justo. O protagonista de Kafka insiste obstinadamente e até ao depauperamento de todas as suas energias, mas fica sempre aquém do desejo; a sua vontade é consumida num contínuo impasse, permanece sempre detida nas imediações, nas medidas preliminares, ficando preso na procura contínua e inacabada de identificação do próprio escritor. O aspecto da incomunicabilidade fortemente marcado aponta-nos assim o abismo que separa K. do Castelo ou Josef K. da possibilidade de se defender perante a Lei, exprimindo a distância insuperável entre a relação homem-pai, a impotência do escritor em lançar uma ponte sobre o abismo.

Um passo mais, e de acordo com a natureza e as modalidades dos processos relativos ao nascimento e ao desenvolvimento da vida psíquica, sugerimos que mais do que uma angústia de castração parece que Kafka se esforça por compensar as falências e as carências ao nível dos alicerces narcísicos e estruturais da pessoa. Isso levou-nos forçosamente a integrar a relação com o pai no decurso da relação precoce, naquilo que são as condições afectivas para que o sentido do si-próprio possa emergir.

O aspecto da inacessibilidade é o fio que liga toda a trama do absurdo em Kafka. De um lado, vemos o desejo negado a K. de se fixar numa comunidade humana, a necessidade de criar raízes numa profissão e num lar. Do outro, a acusação de um crime do qual Josef K. é inocente e ao qual incompreensivelmente nem pode alegar o direito de se defender. Os dois romances voltam-se para o protesto contra uma realidade alienante e grotesca que nega ao homem as mais elementares condições de existência, anulando-o face àquilo que é esperado da mais alta condição humana: a liberdade. A sua obra abre a perspectiva do impossível, a vulnerabilidade do indivíduo isolado entre o destino e o poder. O homem kafkiano encontra-se emparedado, perplexo diante de um mundo que coloca a necessidade e o desejo à distância, impossíveis de satisfazer, onde o fracasso configura toda a sua existência. Quanto mais próximo do absurdo, quanto mais Kafka dá à sua obra um aspecto de pesadelo ou irrealidade, tanto mais parece perder-se aqui o sentido das relações humanas. Não será esta a revolta, a revolta pelo sentido da existência, pela necessidade fundamental de confirmação existencial, pelo direito de poder ele também afirmar uma identidade, que faz a angústia fundamental do homem Kafka? Pois que significa afinal este combate senão o combate do homem em busca do humano?

Pudemos concluir, à guisa de hipóteses, que o desenvolvimento do sentimento de identidade, que constitui as bases de todos os desenvolvimentos posteriores, inscreve-se assim numa matriz relacional que parece não ter sido suficientemente capaz de receber nem conter os seus estados emocionais nascentes e, portanto, permitir uma integração positiva das suas identificações primárias. Quando a criança não alcançou, através da experiência da sua relação com o meio, “uma *relação de crescimento psíquico*, uma relação a que podemos chamar “narcísica”, no sentido em que é fundadora do “narcisismo normal”, considerado como investimento mínimo de si que assegura o sentimento de existência e de continuidade” (Bégoin, 2005b, pp. 133-134), as suas possibilidades de desenvolvimento ficam gravemente constringidas, colocando-a face ao desespero de não poder nascer para si própria, onde a morte mais temível e mais destruidora, é a morte do espírito.

De facto, Kafka confessa nos seus escritos pessoais que “Nunca saberei o que é a idade de homem: de criança, tornar-me-ei, sem transição, um velho com os cabelos brancos” (cit. por Bégoin, 2005a, p. 261), expressando muito precisamente uma identidade que malogrou em conseguir vencer as defesas de sobrevivência contra o desespero.

De resto, o recurso a um exemplo literário, que tenta partir do próprio discurso narrativo do escritor para reflectir sobre a experiência humana, corresponde ao que em nosso entender Gruen (1995) descreveu muito bem:

A literatura e a poesia, a meu ver, estão mais perto da realidade humana que, por exemplo, a investigação psicológica. Essa orienta-se demasiado pelo mito da «realidade» e pelo mito das estruturas de poder daí recorrentes. O artista, pelo contrário, conseguiu manter-se ligado às necessidades e motivações humanas. Um escritor escreve, e não em último lugar, para se opor com a sua força criativa à fraude da «opinião vigente». Fala uma língua que ainda sabe da globalidade da experiência humana (p. 14).

Não se quer, como é evidente, tentar resumir uma narrativa cujo valor decorre de tudo o que nela pôs do mais profundo de si próprio, porém não deixa ela de poder ser um cenário onde Kafka se pode experienciar entre aquilo que conhece e aquilo que são as possibilidades da fantasia.

## Referências

- Bégoïn, J. (2005a). Narciso e Édipo: Lugar do mito na teoria psicanalítica. In J. Bégoïn (Ed.), *Do traumatismo do nascimento à emoção estética: Conferências psicanalíticas em Lisboa* (M. S. Pereira, Trad., pp. 241-273). Lisboa: Fenda.
- Bégoïn, J. (2005b). O si-próprio e o outro: Identidade e alteridade. In J. Bégoïn (Ed.), *Do traumatismo do nascimento à emoção estética: Conferências psicanalíticas em Lisboa* (M. S. Pereira, Trad., pp. 125-156). Lisboa: Fenda.
- Brod, M. (1967). *Franz Kafka*. (S. S. da Silva, Trad.). Lisboa: Ulisseia.
- Erikson, E. H. (1972). O ciclo vital: Epigénese da identidade. In E. H. Erikson (Ed.), *Identidade: Juventude e crise* (pp. 90-141). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1968)
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In J. Salomão (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. VII, pp. 117-229). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1905)
- Freud, S. (1996). O ego e o superego (ideal do ego). In J. Salomão (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX, pp. 41-51). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1923)
- Freud, S. (1996). A dissolução do complexo de Édipo. In J. Salomão (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX, pp. 189-199). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1924)
- Freud, S. (1987). Dostoievski e o parricídio. In J. Salomão (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXI, pp. 183-198). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1928[1927])
- Greenberg, J. R., & Mitchell, S. A. (1983/2003). *Relações de objecto na teoria psicanalítica*. Lisboa: Climepsi.

- Gruen, A. (1995). [*A loucura da normalidade: O realismo como doença: Uma teoria fundamental da destrutividade humana*]. (L. Nahodil, Trad.). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Kafka, F. (1919/2000). *Carta ao pai*. Lisboa: Guimarães.
- Kafka, F. (1926/2000). *O castelo*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Kafka, F. (1925/2001). *O processo*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Kafka, F. (1951/2002). *Diários: 1910-1923* (3ª ed.). Lisboa: Difel.
- Kafka, F. (1967/1985). *Cartas a Felice*. Rio de Janeiro: Anima.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1970). [*Vocabulário da psicanálise*]. (P. Tamen, Trad.). Lisboa: Moraes.
- Matos, A. C. (2001). Édipo e conflito. In A. C. Matos, *A depressão: Episódios de um percurso em busca do seu sentido* (pp. 425-434). Lisboa: Climepsi.
- Nunes, D. (1974). *Franz Kafka: Vida heróica de um anti-herói*. Rio de Janeiro: Bloch.
- Winnicott, D. W. (1945/1993). Desenvolvimento emocional primitivo. In D. W. Winnicott (Ed.), *Textos seleccionados: Da pediatria à psicanálise* (pp. 269-285). Rio de Janeiro: F. Alves.
- Winnicott, D. W. (1949/1993). A mente e sua relação com o psique-soma. In D. W. Winnicott (Ed.), *Textos seleccionados: Da pediatria à psicanálise* (pp. 409-425). Rio de Janeiro: F. Alves.
- Winnicott, D. W. (1951/1993). Objectos transicionais e fenómenos transicionais. In D. W. Winnicott (Ed.), *Textos seleccionados: Da pediatria à psicanálise* (pp. 389-408). Rio de Janeiro: F. Alves.

- Winnicott, D. W. (1956/1993). Preocupação materna primária. In D. W. Winnicott (Ed.), *Textos seleccionados: Da pediatria à psicanálise* (pp. 491-498). Rio de Janeiro: F. Alves.
- Winnicott, D. W. (1960a/1983). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In D. W. Winnicott (Ed.), *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 38-54). Porto Alegre: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1960b/1983). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro “self”. In D. W. Winnicott (Ed.), *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 128-139). Porto Alegre: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1963/1983). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In D. W. Winnicott (Ed.), *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 163-174). Porto Alegre: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1971/1975). *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Khan, M. (1971/1993). Prefácio por M. Masud R. Khan. In D. W. Winnicott (Ed.), *Textos seleccionados: Da pediatria à psicanálise* (pp. 7-61). Rio de Janeiro: F. Alves.